



# Produção industrial registra menor índice desde 2017, diz CNI

**Fiscalização encontra mais de 200 trabalhadores em condições precárias**

Página 4

**Moraes mantém prisão de 294 acusados por atos antidemocráticos**

Página 3

**Dólar cai para R\$ 5,24 após ajuda a bancos estrangeiros**

Depois de um dia de tensão nos mercados internacionais na quarta-feira (15), o dólar teve forte queda na quinta-feira (16) após ajuda a bancos com dificuldades nos Estados Unidos e na Suíça. O dólar voltou a aproximar-se de R\$ 5,24, e a bolsa de valores interrompeu uma sequência de cinco quedas.

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,24, com recuo de R\$ 0,054 (-1,03%).

A cotação iniciou o dia de forma tensa, chegando a R\$ 5,31 por volta das 12h. Ao longo da tarde, no entanto, inverteu o movimento e passou a cair, até fechar perto dos valores mínimos do dia.

Com a queda de quinta-feira, a moeda norte-americana acumula alta de 0,29% em março. Em 2023, a divisa cai 0,76%.

Na bolsa de valores, o dia foi marcado pela trégua. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 103.435 pontos, com alta de 0,74%. O indicador chegou a cair durante a manhã, mas recuperou-se ao longo da tarde.

Após dias de turbulência com a quebra de dois bancos regionais norte-americanos e o reconhecimento pelo Credit Suisse de "debilidades significativas" nos balanços, os mercados financeiros em todo o planeta tiveram um dia mais calmo na quinta. Os investidores reagiram ao comunicado do Banco Central suíço de socorrer o Credit Suisse, "se necessário", e a injeção de até US\$ 30 bilhões por credores privados no banco norte-americano First Republic Bank, que também enfrenta dificuldades financeiras. (Agência Brasil)

**Previsão do Tempo**

Sexta: Dia de sol, com muitas nuvens à tarde. À noite a nebulosidade diminuiu.



Manhã Tarde Noite  
Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,23
Venda:	5,24
Turismo	
Compra:	5,34
Venda:	5,44
EURO	
Compra:	5,56
Venda:	5,56

**MTST pede que Prefeitura de São Paulo desapropriar terrenos**



Foto: Fernando Fracão/ABR

Página 2

*América do Sul só se desenvolverá de forma conjunta, diz Lula*

Página 4

*Prefeito de SP critica reforma tributária que tira receita de cidades*

Página 2

*Torres depõe no TSE em ação que pede inelegibilidade de Bolsonaro*

Ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres prestou depoimento na quinta-feira (16) ao corregedor-geral Eleito-

ral, ministro Benedito Gonçalves, numa ação que apura condutas capazes de tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível, em caso de condenação. Página 3

**Esporte**

**SM Kart Competition realizou segunda etapa com mais de 200 pilotos**

O último fim de semana viu a segunda etapa do SM Kart Competition, o mais popular campeonato de rental kart do Brasil, que foi realizada no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), com a participação de mais de 200 pilotos e a farta distribuição de cerca de 300 prêmios.

Interessante destacar que entre todas as 18 categorias que estiveram presentes na rodada, foram 17 vencedores inéditos na temporada. O único que manteve a invencibilidade foi Guto de Oliveira, na categoria Super Sênior. Página 8



Foto: One Photography

Felipe Viola fez sua estreia na SM

**Enzo Fittipaldi parte para a Arábia Saudita e mira mais pontos na Fórmula 2**



Foto: Ditech Photo Agency

Enzo Fittipaldi

O piloto Enzo Fittipaldi volta às pistas neste final de semana, desta vez para a segunda etapa da Fórmula 2, no circuito de Jeddá, na Arábia Saudita. O brasileiro da Academia de pilotos da Red Bull está confiante após a disputa da primeira rodada dupla do ano, no Bahrein.

"Estou muito animado com a etapa em Jeddá, nesta semana. Pontuei nas duas corridas no Bahrein, há duas semanas, e sabemos o que ajustar para ter um desempenho ainda melhor na Arábia Saudita. Vamos acelerar muito nesta etapa", disse Enzo Fittipaldi. Página 8

**Goiânia recebe a etapa de abertura da Copa Truck**

A Copa Truck começa a temporada 2023 neste final de semana em Goiânia. Será a primeira das nove etapas programadas para o ano, com passagens marcadas também pelos autódromos de Interlagos (SP), Londrina (PR), Cascavel (PR) e Tarumã (RS). O campeonato começa e termina na capital goiana. As largadas estão progra-

mas para este domingo (19) às 11h10 e 11h45, ambas com transmissão ao vivo da Band, SporTV3 e canal oficial da Copa Truck no YouTube. Na TV, as transmissões começam às 11 horas.

Desde 2017, quando da inauguração da Copa Truck, Goiânia recebeu 16 provas da categoria. Página 8

**WEC: "No caminho certo", Negrão destaca dia de evoluções em Sebring**



"Está tudo correndo da melhor maneira possível"

O primeiro dia de treinos para as 1000 Milhas de Sebring – etapa inaugural do Mundial de Endurance em 2023 – terminou de maneira satisfatória para André Negrão e o resto do trio do Alpini #35, o britânico Olli Caldwell e o mexicano Memo Rojas. Juntos, eles levaram o carro ao oitavo lugar em ambas as ses-

sões realizadas na quarta-feira, 15. Mas, com a tabela de tempos bem compacta devido ao fato de a categoria LMP2 ter equipamento obrigatório, Negrão considera que tudo seja possível com um bom desenvolvimento durante o segundo dia de treinos, na quinta-feira, 16, nos Estados Unidos. Página 8

# MTST pede que Prefeitura de São Paulo desapropriie terrenos

## Governo do Estado aprova a eliminação da GIA nas obrigações tributárias

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, assinou o Decreto de número 67.568, publicado no Diário Oficial de quinta-feira, (16), que altera o regulamento do ICMS para desburocratizar as obrigações acessórias aos contribuintes, por meio da dispensa gradativa da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA). A medida, proposta pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, significa grande avanço e foi debatida junto a entidades da contabilidade paulista, com o objetivo de promover a racionalização das obrigações acessórias, bem como do ambiente tributário estadual.

Conhecido como "Projeto de Eliminação da GIA", a iniciativa visa aperfeiçoar a prestação de informações dos con-

tribuintes e eliminar redundâncias das obrigações acessórias com as declarações já existentes.

No formato atual, os contribuintes do Regime Periódico de Apuração (RPA) precisam entregar mensalmente a GIA e a Escrituração Fiscal Digital (EFD) – arquivo digital com os livros fiscais e registros de apuração de ICMS referentes às operações. Esse modelo gera uma dupla obrigação para as empresas, visto que as informações da GIA já constam na EFD.

A eliminação da obrigatoriedade de envio da GIA será gradual e irá abranger, no primeiro momento, os contribuintes que atendam a critérios objetivos, regulamentados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) está acampado - desde a última terça-feira (14) - em frente ao prédio da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital. Seus integrantes reivindicam a desapropriação de dois terrenos ocupados na zona sul da cidade.

Segundo a coordenadora nacional do MTST, Debora Lima, à época da gestão do então prefeito Bruno Covas (falecido em 2021), o executivo municipal se comprometeu a destinar as áreas para moradia popular.

"O nosso movimento tinha acordos tratados desde a gestão de Bruno Covas, confirmados e apalavrados pelo atual prefeito Ricardo Nunes em 2021. Estavam dando andamento e, do nada, no início do ano, pararam o prosseguimento dos acordos com o movimento", disse Debora.

Em um dos terrenos, onde está a ocupação Nova Palestina, vivem cerca de 2 mil famílias. "Nós estamos com famílias esperando uma saída habitacional há mais de dez anos. A gente tinha a perspectiva que isso ia acontecer por conta dos acordos que o movimento tinha com a prefeitura. E do nada, fomos pegos de surpresa, com o Ricardo Nunes deixando de prosseguir com esses acordos", salientou a representante do MTST.

Em 2014, o movimento conseguiu convencer a prefeitura a mudar a destinação do terreno, que previa a implantação de um parque para que a área pudesse receber moradia popular.

Estão na ocupação em frente à prefeitura, aproximadamente 350 pessoas em esquema de revezamento, segundo Debora. "O pessoal trabalha, precisa cui-

dar dos filhos. Então, estamos em uma espécie de revezamento", acentuou.

A expectativa do movimento é receber uma resposta da prefeitura sobre as desapropriações até sexta-feira (17). A reportagem da Agência Brasil entrou em contato com a Prefeitura de São Paulo e aguarda posicionamento sobre a manifestação e as demandas do movimento.

A prefeitura de São Paulo, por meio de nota, informou que representantes do movimento foram recebidos na quarta-feira (15) pelos secretários de Habitação, do Verde e Meio Ambiente e da Casa Civil. "Na ocasião, eles reiteraram que a prefeitura mantém diálogo permanente com os movimentos de moradia para tratar de demandas e projetos relacionados às organizações", disse o comunicado.

A administração municipal afirmou que liberou "recentemente" R\$ 40 milhões para implementação do conjunto habitacional Copa do Povo, em uma área ocupada pelo MTST há cerca de 10 anos na zona leste de São Paulo. O projeto tem parceria com o governo federal.

A Secretaria Municipal de Habitação afirmou ainda que, desde 2017, entregou 21 mil moradias em parceria com os governos estadual e federal. Além disso, no período foram disponibilizadas pela iniciativa privada, com incentivo da administração municipal, 14,3 mil unidades.

Por fim, a secretaria informou que lançou edital para a compra de 40 mil unidades habitacionais e vai financiar 14 mil moradias para serem construídas por organizações da sociedade civil. (Agência Brasil)

## Prefeito critica reforma tributária que tira receita de cidades

O prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes, criticou na quarta-feira (15) as propostas de reforma tributária que acarretem em perda de arrecadação direta por parte dos municípios. A declaração foi dada após ele se reunir, no Palácio do Planalto, em Brasília, com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Embora não fosse pauta da reunião, o prefeito disse que este é o "assunto do momento" e ambos conversaram a respeito.

"Ele Padilha me disse que está havendo uma discussão no Congresso e, inclusive, me comentou agora de que se dez municípios perderem receita, mas esses dez municípios representam 40% da população. Portanto, quando você tem um tema aonde os municípios perdem receita, vejo com muita dificuldade de aprovação", afirmou Ricardo Nunes, em referência às dez maiores cidades do país. O gestor paulistano é um dos vice-presidentes da Federação Nacional de Prefeitos (FNP), entidade que reúne os dirigentes das capitais e das cidades médias e

grandes do país.

Prioridade da agenda econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma tributária vai ser discutida a partir de um grupo de trabalho criado no Congresso Nacional com base em duas propostas que já tramitam na Câmara dos Deputados (PEC 45/19) e no Senado Federal (PEC 110/19). O relator do grupo é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O governo federal não vai encaminhar proposta própria, mas aproveitar o teor desses projetos em andamento e intensificar a articulação parlamentar para aprová-los. É justamente a PEC 45/19, que tramita na Câmara, a maior fonte de preocupação dos prefeitos. De autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), a proposta acaba com cinco tributos e cria no lugar deles o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), um tributo federal, arrecadado pela União e que depois seria repassado a estados e municípios. Ele substituiria o IPI, o PIS e a Cofins, que são tributos federais, e também o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

"A PEC 45, do jeito que está, gerará prejuízo muito grande à maioria dos municípios", argumentou Ricardo Nunes. "Quando deixa de ter a questão do ISS, concentração de receita não é o melhor caminho para o desenvolvimento", acrescentou. Os prefeitos das maiores cidades têm defendido a PEC 46/22, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), oriunda de uma campanha de diversas entidades da sociedade civil, o Simplifica Já. Essa proposta não cria um imposto único e prevê uma reforma nos principais tributos do país, como ICMS e ISS, mantendo autonomia arrecadatória de estados, municípios e União, que continuariam recolhendo seus próprios impostos.

Na reunião com o ministro Alexandre Padilha, o prefeito de São Paulo reafirmou a intenção de fazer a aquisição do Palácio dos Correios, que fica no Vale do Anhangabaú, no centro da capital. O edifício histórico tem 15 mil metros quadrados de área construída e foi inaugurado em 1922. "Os Correios já haviam, em

julho do ano passado, enviado uma carta à Prefeitura de São Paulo, oferecendo o prédio, inclusive com valores. Foi aprovada pelo conselho administrativo dos Correios a venda do prédio para a Prefeitura de São Paulo, mas depende de um decreto do presidente da República, por conta da legislação que rege esse tema", explicou Ricardo Nunes. O valor pedido pelo prédio é de R\$ 77,6 milhões. Caso não seja possível a venda, o prefeito propôs uma concessão por até 100 anos do edifício para a gestão municipal.

O projeto da gestão municipal é instalar no local o SP24, que vai abrigar diversos serviços da prefeitura durante 24 horas por dia. Além disso, deverá a abrigar o centro de monitoramento da capital, com o acompanhamento de 20 mil câmeras espalhadas pela cidade, além de gerenciamento de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), sistema semaforizado de trânsito, Guarda Civil Metropolitana (GCM), entre outros. (Agência Brasil)

## Virada Sustentável 2023 abre edital para projetos

Estão abertas as inscrições para o edital oficial da 13ª edição da Virada Sustentável - São Paulo 2023, que está marcado para os dias 16 e 24 de setembro na capital paulista, com uma programação de atrações e atividades artísticas de educação e sustentabilidade. O edital prevê inscrições de atividades financiadas e de adesão à programação. Na modalidade de adesão, a ação não necessita de financiamento direto por parte da Virada Sustentável.

As propostas de atividades

que precisam de financiamento devem ser submetidas até o dia 17 de abril. Já as atividades e projetos que serão integradas à programação por adesão, podem ser enviadas até 30 de julho.

Segundo a organização do evento, serão aceitas uma ou mais inscrições de atividades artísticas, formativas e ações com um ou mais conteúdos que tratem de temas como consumo consciente, água, energias renováveis, biodiversidade, mudanças climáticas, mobilidade urbana,

cidadania, inclusão social, combate ao racismo, redução da desigualdade social, redução da desigualdade de gênero, entre outros.

O objetivo do festival é apresentar para a população paulistana uma visão propositiva e inspiradora sobre a sustentabilidade e seus diferentes temas, além de fortalecer as redes de transformação e impacto social já existentes na cidade.

"Este ano, a proposta é olharmos para o ano de 2030, data

chave para as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Queremos aproveitar esse momento para olhar os próximos sete anos e provocar nas pessoas reflexões e a ideia de um planeta mais saudável e sustentável para todos", disse André Palhano, um dos idealizadores do evento.

Para mais informações e inscrição basta acessar o site da Virada Sustentável. (Agência Brasil)

## Urbanismo e Licenciamento viabiliza doação de terreno ao Município para implantação do Parque da Mooca

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), deu um passo importante para a implantação do primeiro parque público do distrito da Mooca, zona leste da cidade. Com a emissão da Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência pela SMUL em agosto de 2022, o Município passou a ter o título de propriedade do terreno onde será instalado o futuro Parque da Mooca. Confira a publicação no Diário Oficial.

Na prática, esse documento efetivou a doação do imóvel de um particular à Prefeitura. Previsto no Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/2014), o Parque da Mooca será implantado em uma área de aproximadamente 47,5 mil m², junto à Rua Dianópolis. O local é demarcado pela

Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402/2016) como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM).

A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), responsável pela implantação do parque, prevê para essa área a instalação de playground, equipamentos de ginástica, trilhas, percursos e acessos, edifício administrativo, sanitários públicos, redário e áreas para piquenique e foodtruck.

Em contrapartida à doação, o antigo proprietário do terreno recebeu da Prefeitura uma Declaração de Potencial Construtivo equivalente a 6.649,67 m². Esse potencial construtivo poderá ser vendido para viabilizar a construção em um ou mais imóveis na cidade a partir da emissão da Certidão de Transferência de Potencial Construtivo.

A Transferência do Direito de Construir (TDC) é um instrumento urbanístico existente na cidade desde 1984. Ele foi regulamentado pela Lei nº 9.725/1984 especificamente para uso em edificações tombadas. Em seguida, ao ser prevista no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), a TDC passou a ser regulamentada pelo Plano Diretor, podendo ser aplicada não somente para fomentar a preservação de patrimônio histórico, mas também para incentivar a preservação de áreas particulares de interesse ambiental, para viabilizar a implantação de parques municipais, de corredores de ônibus e para a provisão de habitação de interesse social e programas de regularização fundiária.

Para as finalidades de preservação de imóveis de interesse cultural e ambiental, a TDC

não envolve a doação do imóvel para a Prefeitura, sendo regulamentada pelo Decreto nº 57.536/2016. Já para os casos de implantação de parques municipais, corredores de ônibus, Habitação de Interesse Social (HIS) e regularização fundiária, a TDC é aplicada através da doação da área para o Município e é regulamentada pelo Decreto nº 58.289/2018.

A Transferência do Direito de Construir é viabilizada através da emissão de dois documentos pela Coordenadoria de Legislação de Uso e Ocupação do Solo (DEUSO) da SMUL: a Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência, que informa qual é a área passível de ser transferida pelo imóvel cedente, e a Certidão de Transferência de Potencial Construtivo, que trata efetivamente da transferência de área entre os imóveis cedente e receptor.

**CESAR NETO**  
www.cesarneto.com



### CÂMARA (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que estão nos mandatos de vereadores e vereadoras na Câmara da cidade de São Paulo

### PREFEITURA (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre o governo do cristão e prefeito Ricardo Nunes, que está no mandato de prefeito na cidade de São Paulo

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que estão nos mandatos de deputados e deputadas na Assembleia do Estado de São Paulo

### GOVERNO (São Paulo)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre os cristãos Tarcísio e Felício Ramuth, que estão nos mandatos de governador e vice do Estado de São Paulo

### CONGRESSO (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que estão nos mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado, pelo Estado de São Paulo

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre os cristãos Lula e Alckmin, que estão nos mandatos de presidente e vice da República Federativa do Brasil

### PARTIDOS (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas do mundo - sobre cristãos e cristãs que têm poder de mando nos partidos políticos que representam partes da sociedade brasileira

### JUSTIÇAS (Brasil)

Que o Espírito Santo de DEUS atue - acima das políticas e justiças do mundo - sobre cristãos e cristãs que exercem seus cargos em todos os níveis das Justiças estaduais e federais ...

### HISTÓRIAS (Mundo)

Literatura Bíblica : "Não há salvação em nenhum outro (que não o Cristo), porque debaixo do Céu não existe nenhum outro nome, dado entre os humanos, pelos quais possamos ser salvos"

### ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

## Jornal O DIA S. Paulo

### Administração e Redação

AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda  
Viaduto 9 de Julho, 180  
1º andar - Sala 12  
CEP: 01050-060  
Fone: 3258-1822

### Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC

### Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822

### Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

### Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

# Produção industrial registra menor índice desde 2017, diz CNI

A atividade industrial segue em tendência de desaquecimento neste início de 2023 - o indicador caiu 2,7 pontos. Os dados da Sondagem Industrial, levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados na quinta-feira (16), mostram quedas nos índices de produção e emprego, respectivamente, de 47,9 pontos para 45,2 pontos e de 49,2 pontos para 48,5 pontos, de janeiro para fevereiro.

De acordo com a CNI, esses indicadores variam de zero a 100

e quanto mais distante da linha de corte, em direção ao zero, maior e mais disseminado é o recuo. Apesar de ser comum para o período, este ano a queda da produção e do emprego foi mais intensa do que nos anos anteriores.

“A produção costuma recuar mesmo na passagem de janeiro para fevereiro, porém, de 2017 para cá, este foi o menor índice. O número também é menor que a média histórica para o mês, com 46,5 pontos”, disse o gerente de Análise Econômica da

CNI, Marcelo Azevedo.

Na passagem de fevereiro para março de 2023, os índices de expectativa para os próximos seis meses mudaram pouco, segundo o levantamento. Apesar de seguirem acima dos 50 pontos, de uma forma geral, todos são inferiores às suas respectivas médias históricas, o que significa um otimismo moderado.

O índice de intenção de investimento ficou em 53,6 pontos em março de 2023, e apresenta um recuo de 0,4 ponto na comparação com fe-

vereiro. Porém, segue acima da média histórica de 51,5 pontos e revela intenção de investir acima do usual.

A Sondagem Industrial é uma pesquisa mensal que ouve pequenas, médias e grandes indústrias para avaliar evolução da produção; número de empregados; utilização média da capacidade instalada; nível de estoques e estoque efetivo em relação ao planejado; expectativas e intenção de investimento. Foram consultadas 1.637 empresas entre 1º e 9 de março de 2023. (Agência Brasil)

## Moraes mantém prisão de 294 acusados por atos antidemocráticos

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), finalizou na quarta-feira (16) a análise dos pedidos de liberdade de presos pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

De acordo com o balanço final divulgado pelo gabinete do ministro, dos 1,4 mil presos no dia dos ataques, 294 (86 mulheres e 208 homens) permanecem no sistema penitenciário do Distrito Federal. Os demais foram soltos por não representarem mais riscos à sociedade e às investigações.

A última análise dos pedidos de liberdade apresentados ao Supremo terminou nesta quinta com a soltura de mais 129 presos, que ganharam liberdade provisória e deverão cumprir as seguintes medidas cautelares: uso de tornozeleira eletrônica; obrigação de apresentação semanal à Justiça; proibição de sair do país, devendo entregar o passaporte à Justiça; suspensão de autorizações de porte de arma

para CACs - caçadores, atiradores e colecionadores; proibição de usar as redes sociais e proibição de comunicação com outros investigados.

Os acusados que permaneceram presos respondem pelas condutas de incitação ao crime, incitação de animosidade das Forças Armadas contra as instituições democráticas, associação criminosa, dano qualificado, abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de estado.

Desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em segundo turno, no final de outubro, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, informados com o resultado do pleito, pediam golpe militar, para depor o governo eleito democraticamente.

As manifestações dos últimos meses de 2022 incluíram acampamentos em diversos quartéis gerais do país e culminaram com a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro deste ano. (Agência Brasil)

## PGR denuncia mais 100 pessoas por atos golpistas em 8 de janeiro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou na quarta-feira (15) mais 100 denúncias contra pessoas acusadas de participação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas.

As petições são do inquirido que apura a responsabilidade de incitadores dos atos golpistas. Os novos denunciados são acusados de associação criminosa e de incitar animosidade das Forças Armadas com os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Os crimes estão previstos nos artigos 286 e 288 do Código Penal, com penas máximas que, somadas, podem chegar a 3 anos e 3 meses de detenção.

Com as novas acusações, o

total de denúncias apresentadas pelo Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos da PGR chega a 1.037. Até o momento, o órgão tem apresentado denúncias com textos similares, levando em conta três grupos de infratores: os que invadiram e depredaram prédios públicos; os que avançaram sobre as barreiras policiais nas proximidades da Praça dos Três Poderes, e os que acamparam em frente ao Quartel-General do Exército para incitar as Forças Armadas

Advogados e defensores públicos apontam problemas na abordagem da PGR, argumentando que ela não individualiza a narrativa das condutas de cada acusado. Em relatório sobre os atos antidemocráticos, as defensorias públicas da União e do

Distrito Federal defendem, por exemplo, que a responsabilização coletiva é contrária ao ordenamento jurídico nacional.

A PGR disse que segue o previsto no Código de Processo Penal (CPP) e que, apesar da redação similar, cada denúncia é resultado de uma análise individualizada das provas relativas a cada denunciado. O órgão alega seguir o que a doutrina chama “imputação recíproca”, em que os participantes de um grupo circunstancial de pessoas respondem em conjunto.

“Nesses casos, a jurisprudência admite que as petições apresentem uma narrativa genérica da participação de cada investigado”, disse a PGR em nota na quinta-feira (16).

O órgão acrescenta que os textos das denúncias trazem des-

critos diversos comportamentos apurados no 8 de janeiro, permitindo a elaboração adequada da defesa dos acusados.

As críticas às denúncias apresentadas até o momento levaram o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), a garantir em plenário, na semana passada, que cada denunciado terá tratamento individualizado.

“O Supremo Tribunal Federal está analisando de forma detalhada e individualizada para que, rapidamente, aqueles que praticaram crime sejam responsabilizados nos termos da lei. Quem praticou crime mais leve terá sanção mais leve, quem praticou crime mais grave terá sanção mais grave”, disse. (Agência Brasil)

## Torres depõe no TSE em ação que pede inelegibilidade de Bolsonaro

Ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres prestou depoimento na quinta-feira (16) ao corregedor-geral Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, numa ação que apura condutas capazes de tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível, em caso de condenação.

Ele é ouvido na ação de investigação judicial eleitoral (Aije) que apura eventual crime eleitoral na conduta de Bolsonaro durante reunião com embaixadores, em julho de 2022, quando atacou as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro sem apresentar provas. O depoimento no TSE foi autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, a pedido de Gonçalves.

Segundo informações obtidas pela Agência Brasil, Torres colaborou com o depoimento, respondendo às perguntas por cerca de uma hora e meia. A oitiva foi convocada por Gonçalves para esclarecer a chamada minuta do golpe, documento encontrado na casa do ex-secretário e cujo texto previa uma intervenção na Justiça Eleitoral, com o objetivo de impedir a apuração das eleições.

Além de presidente do TSE, Moraes é relator, no Supremo Tribunal Federal (STF), de inquirido que investiga a responsa-

bilidade de Torres nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

No âmbito dessa investigação é que foi encontrada, na casa do ex-ministro, em Brasília, a minuta do golpe, documento de teor intervencionista cujo texto previa a decretação de estado de sítio no TSE e reversão do resultado das urnas, em afronta à Constituição.

A pedido do PDT, tal documento foi aceito como prova na Aije contra Bolsonaro, motivo pelo qual Benedito Gonçalves pediu para ouvir as explicações de Torres.

Na decisão em que incluiu o documento nos autos da Aije, Benedito Gonçalves escreveu que a minuta pode ter relação com a apuração da legalidade da reunião com embaixadores.

“Questão controversa, admitida ao debate, é se a repercussão eleitoral do discurso e sua gravidade podem ser evidenciadas pela minuta de decreto de Estado de Defesa apreendida em 13/01/2023 pela Polícia Federal na residência de Anderson Torres”, afirmou o ministro.

Ao comentar o caso nas redes sociais, à época da apreensão do documento e antes de ser preso, Torres disse que a minuta de decreto encontrada em sua casa foi vazada “fora do contexto”. (Agência Brasil)

## Governo indica novos candidatos para conselhos da Petrobras

O Ministério de Minas e Energia enviou à Petrobras os nomes de mais sete candidatos que vão concorrer aos conselhos de Administração (CA) e Fiscal (CF) da Petrobras. Para o CA, foram indicados Renato Campos Galuppo, Anelize Lenzi Ruas de Almeida e Evamar José dos Santos.

O governo já tinha indicado, em 8 de março, oito nomes para oito vagas destinadas à União no CA: Pietro Adamo Sampaio Mendes (candidato a presidente do CA), Jean Paul Prates (presidente da estatal), Carlos Eduardo Turchetto Santos, Vitor Eduardo Saback, Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira, Wagner Viter, Sergio Machado

e Suzana Kahn.

No entanto, para sejam considerados candidatos na Assembleia Geral de Acionistas, os nomes precisam passar pelos órgãos de governança interna da Petrobras, onde são analisados requisitos legais e de gestão e integridade.

Nesse processo, podem ser constatados impedimentos para que os indicados integrem os conselhos da empresa. Para evitar que haja um atraso na realização da assembleia, a União enviou o nome de mais três indicados que possam substituir possíveis impedidos na lista original.

Renato Galuppo é advogado e foi assessor jurídico da Câmara

dos Deputados de 2007 a 2021. Anelize de Almeida também é bacharel em Direito e atua na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desde 2006, tendo assumido o cargo de procuradora-geral em janeiro deste ano. Já Evamar José dos Santos é formado em Administração de Empresas e foi servidor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por 37 anos, onde chegou ao cargo de diretor-geral adjunto.

Para o CF, foram indicados Daniel Cabaleiro Saldanha e Cristina Bueno Camatta, como membros titulares, e de Gustavo Gonçalves Manfrim e Sidnei Bispo, como suplentes.

Daniel Saldanha, procurador

do estado de Minas Gerais, foi subsecretário estadual de Relações Institucionais e procurador chefe da Procuradoria de Demandas Estratégicas. Cristina Camatta, delegada da Polícia Federal (PF), é chefe da Comunicação Social da Superintendência da PF em Minas Gerais e chefe substituta da representação da Interpol no estado.

Entre os suplentes, Gustavo Manfrim é economista e atua como assessor especial de assuntos econômicos do Ministério de Minas e Energia, enquanto Sidnei Bispo é engenheiro eletrônico e já esteve nos conselhos de administração e fiscal de diversas empresas. (Agência Brasil)

## Documento achado na casa de Torres revela intenção de golpe

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, disse na quinta-feira (16) que o rascunho de um eventual decreto presidencial apreendido na casa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, Anderson Torres, revela que “alguém” chegou a planejar um golpe de Estado.

“Independente de não ter a assinatura de ninguém, o documento revela que, em algum momento, alguém pensou em dar um golpe no Brasil. Revela que havia na cabeça de alguém a intenção de dar um golpe de Estado”, declarou Ibaneis em sua primeira coletiva de imprensa depois que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes o autorizou a reassumir o cargo.

O governador passou 64 dias afastado do comando do Poder Executivo distrital. O afastamento foi determinado por Moraes após o dia 8 de janeiro, quando vândalos e golpistas invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o prédio da Suprema Corte.

Inicialmente, Moraes determinou que Ibaneis permanecesse 90 dias afastado do governo do Distrito Federal para não atrapalhar as investigações sobre as responsabilidades das autoridades públicas quanto aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Apesar disso, na quarta-feira

(15), o próprio Moraes autorizou Ibaneis a reassumir o cargo.

Já o ex-ministro Anderson Torres, que assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no dia 2 de janeiro, está preso desde o dia 14 de janeiro. Sua detenção também foi autorizada por Moraes, a pedido da Polícia Federal (PF), que o acusou de, já na condição de secretário distrital, ter sido omissivo e facilitado os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. A minuta do decreto citada por Ibaneis foi encontrada na casa de Torres, por policiais federais que cumpriam um mandado de busca e apreensão. Se colocada em prática, a medida possibilitaria que o resultado das últimas eleições presidenciais fosse invalidado. Em depoimento, Torres desqualificou o documento, dizendo que seu teor não tem “viabilidade jurídica”. Ele também assegurou à PF que não sabe quem redigiu o texto, que recebeu quando ministro da Justiça.

“O Anderson Torres foi meu secretário de Segurança entre 2019 e 2021. É uma pessoa que goza da minha confiança. Gozava. E quando o ex-presidente Bolsonaro perdeu a eleição, entendi que ele seria uma boa pessoa para voltar para o governo do Distrito Federal”, disse Ibaneis, explicando o motivo de ter convidado Torres para reassumir a Secretaria de Segurança Pública após a fim da gestão Bolso-

naro. Embora estivesse à frente da pasta havia apenas cinco dias, Torres já tinham feito uma série de mudanças nos postos de comando da segurança pública. Apesar disso, para Ibaneis, o que houve naquele dia em que milhares de pessoas avançaram sobre os prédios públicos diante de um número insuficiente de agentes públicos foi um “apagão geral” que acometeu inclusive tropas sob o comando do governo federal.

“O que aconteceu foi um apagão geral. Eu mesmo recebi mensagens do secretário de Segurança Pública em exercício, Fernando de Sousa Oliveira, dizendo que as coisas estavam extremamente tranquilas. Houve falhas da Polícia Militar. No Palácio do Planalto, que tem um batalhão a sua disposição, houve um relaxamento total. A Força Nacional de Segurança Pública também não atuou. Foram diversas falhas em conjunto, e as investigações em curso vão apurar tudo isso”, enfatizou Ibaneis.

O governador ainda lembrou que, após o quebra-quebra ocorrido em 12 de dezembro, quando manifestantes tentaram invadir o prédio-sede da Polícia Federal, no centro de Brasília, o governo do Distrito Federal tentou desmobilizar o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, onde parte das pessoas que

posteriormente participaram da depredação dos prédios públicos estava concentrada.

“Ao menos duas vezes tentamos tirar os manifestantes da porta do QG do Exército. Como em 12 de dezembro já tinham queimado ônibus e feito o que fizeram, sabíamos que aquilo era um barril de pólvora, mas nas duas vezes fomos impedidos pelo Comando do Exército”, garantiu Ibaneis. “Ainda assim, no 8 de janeiro, a informação que eu tinha era que as coisas estavam pacíficas. Por isso eu não tinha como ter outra postura. Hoje, olhando para trás, é fácil avaliar que algo diferente poderia ter sido feito, mas fiz aquilo que estava dentro da minha competência, a partir das informações que eu tinha na ocasião.”

Sobre seu afastamento, Ibaneis afirmou que foram dias muito difíceis, mas que entende terem sido necessários. “É com muita alegria que volto ao Palácio do Buriti. Recebi a decisão de meu afastamento com respeito, paciência e passei por este período com toda resiliência. Não tenho mágoa, rancor ou raiva de ninguém. E, embora tenha tomado um grande susto, entendi a reação do ministro Alexandre de Moraes. O que ocorreu em 8 de janeiro foi muito grave e a decisão de Moraes foi necessária”. (Agência Brasil)

## Inep muda para dia 24 divulgação do resultado do Revalida 2022/2

O resultado definitivo da prova de habilidades clínicas do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) 2022/2 previsto para a quinta-feira (16) foi adiado para o dia 24 de março, informou na quinta-feira (16), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O Inep explicou que a mudança no cronograma visa contemplar ajustes no padrão esperado de procedimentos (PEP) definitivo, que será disponibilizado na mesma data. A nova data foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Com a alteração, o período de indicação da universidade pública revalidadora do diploma, anteriormente prevista para iniciar nesta sexta-feira (17) passa a ser a partir de 27 de março. O Inep aplicou a segunda etapa do exame nos dias 3 e 4 de dezembro do ano passado.

A prova de habilidade clínicas foi estruturada em um conjunto de dez estações, nas quais os participantes realizaram tarefas específicas das áreas deter-

minadas, podendo incluir investigação de história clínica, interpretação de exames, formulação de hipóteses diagnósticas, demonstração de procedimentos médicos, aconselhamento a pacientes ou familiares, entre outros contextos.

O exame é composto por duas etapas (teórica e prática), que abordam, de forma interdisciplinar, as cinco grandes áreas da medicina: clínica médica, cirurgia, ginecologia e obstetrícia, pediatria e medicina da família e comunidade (saúde coletiva). O objetivo é avaliar as habilidades, competências e os conhecimentos necessários para o exercício profissional adequado aos princípios e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

As referências são os atendimentos no contexto de atenção primária, ambulatorial, hospitalar, de urgência, de emergência e comunitária, com base na Diretriz Curricular Nacional do Curso de Medicina, nas normativas associadas e na legislação profissional. A participação na segunda etapa depende da aprovação na primeira, composta por prova objetiva e discursiva. (Agência Brasil)

# América do Sul só se desenvolverá de forma conjunta, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na quinta-feira (16) que os países da América do Sul só se desenvolverão de forma conjunta e solidária, uma vez que, segundo ele, “não é possível imaginar um país rico cercado de países pobres por todos os lados”.

“O Brasil, como irmão maior dos países da América do Sul, tem que ter a responsabilidade de fazer com que os outros países cresçam junto conosco, para que a gente possa viver em um continente de paz e tranquilidade; e para que a gente nunca mais repita o gesto ignorante de uma guerra entre homens e mulheres e entre nações, como a que ocorreu entre Brasil e Paraguai”, disse o presidente no Paraná, durante cerimônia de posse de Enio Verri na presidência brasileira da hidrelétrica Itaipu Binacional.

Durante o discurso, Lula defendeu o aprimoramento das relações entre os países do continente, em especial no sentido de fortalecer o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

“O Brasil – por seu tamanho, população e por ser o país mais desenvolvido do ponto de vista industrial, científico e tecnológico – tem de ter a grandeza de ser humilde e a grandeza de compartilhar tudo aquilo que pode acontecer de bom para o povo brasileiro, com os povos dos países vizinhos”, disse.

O novo presidente da hidrelétrica defendeu, em seu discurso, que para além do valor econômico da energia elétrica, o insumo tem importância também para o desenvolvimento social.

“Prefiro ressaltar que a dimensão social da energia e a universalização do acesso a energia é condição habilitante para uma cidadania plena do século 21. É também indispensável para incorporar o mercado de excluídos e o acesso aos bens básicos. Queremos energia para todos os brasileiros e brasileiras. É um direito básico que o Estado tem obrigação de garantir. Por isso mesmo é considerado um serviço essencial”.

Lula acrescentou que o potencial da usina pode favorecer

a produção de uma fonte energética limpa que tem despertado cada vez mais o interesse estrangeiro: o hidrogênio verde.

“Itaipu é uma coisa fantástica: você tem um lago enorme e você tem uns canos brancos que produzem dólares. Sim, ali, na verdade, se produz dinheiro. Quando vejo Itaipu vertendo água, fico imaginando na quantidade de dólares. Quem sabe em um futuro muito próximo a gente produzirá Hidrogênio Verde a partir dessa água de Itaipu, ganhando dinheiro das duas pontas”, disse.

Lula destacou a importância para a economia do Paraguai de encerrar o pagamento das parcelas de financiamento da construção da usina binacional, e assegurou a boa vontade brasileira para as próximas negociações envolvendo o empreendimento.

“Tenho certeza de que faremos um tratado que leve muito em conta a realidade dos dois países e que leve muito em conta o respeito que o Brasil tem que ter por seu aliado, o nosso querido Paraguai”, disse.

Lula lembrou que, durante as negociações para a construção de um linhaço ligando a usina à capital paraguaia, Assunção, o governo brasileiro recebeu muitas críticas de seu embaixador por estarem favorecendo a ida de empresas brasileiras ao país vizinho.

“Esse era o objetivo mesmo, porque um país do tamanho do Brasil, que faz fronteira com todos os países da América do Sul menos Equador e Chile, é um país que tem de combinar o seu crescimento econômico com o crescimento econômico dos seus

parceiros”, argumentou.

Ainda na defesa de uma união cada vez maior entre os países do continente, Lula disse que retomará o compromisso assumido em seus mandatos anteriores, de fortalecer a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), inaugurada em 2010, em Foz do Iguaçu.

“Depois que deixei a Presidência, pouca coisa foi feita na Unila. E eu sonhava que essa universidade deveria ter, nos dias de hoje, mais de 20 mil alunos. O meu compromisso com o povo brasileiro é o de reconstruir a Unila”, disse.

“Como é que um país do tamanho de Cuba, com 10 milhões de habitantes e um território do tamanho de Pernambuco, consegue ter universidade de Medicina para oferecer a

estudantes de toda a América do Sul e, gratuitamente, para países africanos? E como é que um país do tamanho e com a grandeza do Brasil não tem essa generosidade de oferecer possibilidade para as crianças e adolescentes de todo o nosso continente?”, complementou.

A nomeação do economista Enio Verri para a direção da hidrelétrica Itaipu Binacional foi publicada no Diário Oficial da União do dia 10. Ele substituiu o almirante Anatalicio Risdén Junior, que ocupava o cargo desde fevereiro de 2022.

A nomeação de integrantes da Diretoria Executiva vale pelo período de cinco anos. No entanto, reconduções ou substituições podem ser feitas a qualquer momento pelos governos do Brasil ou do Paraguai. (Agência Brasil)

## PF desarticula milícia privada no Rio Grande do Sul

A Polícia Federal desarticulou na quinta-feira (16) uma empresa de segurança no Rio Grande do Sul, suspeita de atuar como milícia privada. A empresa atuava de forma irregular na região sul do estado.

No local, os policiais encontraram armas de fogo, munições, fardas, cassetetes, capas de colete balístico e mate-

rial de propaganda. Foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão.

De acordo com a Polícia Federal, a empresa é suspeita também de ter cometido os crimes de porte ilegal de arma de fogo, tortura, usurpação de função pública, constrangimento ilegal e ameaça. “Em vídeos gravados

pelos próprios criminosos e obtidos pela Polícia Federal estão registradas as abordagens e agressões cometidas sob o pretexto de prover segurança aos contratantes do serviço da empresa”, informa nota divulgada pelo órgão.

No total, 50 policiais participaram da ação, chamada Operação Falsus Armatus.

O serviço de segurança privada armada pode ser exercido no país somente por empresas e vigilantes certificados pela Polícia Federal. Para ser vigilante, o interessado deve ter concluído curso sobre como portar arma de fogo e armas de menor potencial letal e como usar colete balístico. (Agência Brasil)

## 43 suspeitos de participar de ataques no RN foram presos

Pelo menos 43 pessoas já foram presas no Rio Grande do Norte, suspeitas de participar nos ataques criminosos praticados em pelo menos 14 municípios do estado desde o início da semana.

Segundo balanço divulgado na quinta-feira (16) pelo governo local, até o final da noite de quarta-feira (15), 39 artefatos explosivos haviam sido apreendidos, bem como nove galões de gasolina; cinco carros e duas motos, além de drogas, munições e dinheiro.

Ainda segundo o balanço, os reforços da Força Nacional, com a chegada de 100 agentes na quarta-feira, têm colaborado para a melhoria da situação, resultando em queda aproximada de 60% no número de ataques contra patrimônios público ou privado.

O número de cidades afetadas pelos ataques também caiu. O governo do estado informou que o reforço no efetivo de segurança possibilitou a retomada da circulação do transporte público na capital.

O RN foi alvo de ataques orquestrados por uma organização criminosa que, supostamente, protesta contra as condições precárias nas penitenciárias. Ataques incendiários foram registrados contra prédios públicos, estabelecimentos comerciais e veículos em pelo menos 14 cidades potiguaras.

Ontem, um suspeito de comandar os ataques criminosos foi morto durante confronto com a polícia em João Pessoa (PB). Segundo a Polícia Civil do

estado, o homem, de 29 anos, estava foragido e foi localizado em uma casa no bairro de Paratibe, na capital paraibana. Ele teria atirado nos policiais civis antes de ser atingido.

Ainda segundo a Polícia Civil, o suspeito foi levado ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos. As investigações apontam que o homem foi responsável “por financiar e distribuir armas para o grupo que realizou os ataques”. A polícia encontrou uma pistola e um carro com ele. (Agência Brasil)

## Fiscalização encontra mais de 200 trabalhadores em condições precárias

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo encontrou mais de 200 trabalhadores em condições precárias de trabalho atuando no plantio de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto e Franca, no interior do estado. As ações ocorreram entre os dias 6 e 10 de março em propriedades que fornecem parte da demanda das usinas sucroalcooleiras da região.

De acordo com o coordenador da fiscalização e auditor do trabalho, Fernando da Silva, o grupo de funcionários estava sem registro em carteira, não tinha acesso a equipamentos de proteção individual e ferramentas, além de trabalhar sem instalação sanitária, abrigo ou local para refeição. “Em algumas fren-

tes de trabalho, não havia nem único trabalhador registrado, uma situação de completa informalidade”, relatou o auditor.

O transporte inadequado de funcionários foi outro problema constatado em diversas propriedades, com o uso de caminhões pesados deslocando-se pelas áreas de plantio e levando trabalhadores em cima da carga de cana-de-açúcar. Diante do risco de acidentes graves, o MTE interditou canaviais em Ituverava, São Joaquim da Barra, Morro Agudo e Jeriquara. “Infelizmente nos últimos anos passamos a encontrar situações bastante precárias, um retrocesso de mais de 20 anos neste setor”, observou o auditor fiscal do trabalho.

O coordenador da fiscaliza-

ção explicou que, no ano passado, o MTE organizou eventos de conscientização para tentar sensibilizar os produtores rurais da região sobre a necessidade de contratação de mão de obra com carteira assinada, além de dar orientações sobre segurança e saúde do trabalho.

O auditor do trabalho Antonio Carlos Avancini, que atua há mais de duas décadas na fiscalização rural, confirma que a situação vem piorando nos últimos anos e, por isso, o MTE busca chamar a atenção de toda a cadeia produtiva para atuar de maneira coordenada e dentro da legalidade. “Nesses eventos o nosso objetivo é orientar o empregador, trabalhando lado a lado com os produtores na melhoria

das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro, justamente para evitarmos casos mais graves, como o resgate de trabalhadores em condições análogas às de escravo”, afirmou Avancini.

Ele lembrou que, recentemente, 32 trabalhadores foram resgatados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em condições análogas à de escravo em uma fazenda de cana-de-açúcar em Pirangi, interior de São Paulo. Os trabalhadores foram levados do interior de Minas Gerais para alojamentos em Palmareis Paulista (SP) e tiveram de arcar com o custo do transporte, além de não receberem alimentação adequada nem os salários acordados. (Agência Brasil)

### ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

#### Cia. Agrícola Forti

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

#### Convocação

São convocados os Srs. Acionistas da Cia. Agrícola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 22/04/2023, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença de 2/3 dos acionistas ou aos 9:30 em 2ª convocação, em qualquer número de presentes, na Rua André de Melo, nº 358 em Capivari/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2022; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, Capivari, 13/03/2023. a.a) Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (15,16,17)

#### FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

#### EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª E 558ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A FORTE SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 12.979.898/0001-70 (“Securitizadora” ou “Emissora”), conforme disposto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 551ª, 552ª, 553ª, 554ª, 555ª, 556ª, 557ª e 558ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora (“Termo de Securitização”, “Emissão” e “CRI”, respectivamente). **COMUNICAR** aos os titulares dos CRI (“Titulares dos CRI”) o **CANCELAMENTO** da Assembleia Geral (“AGI CRI” ou “Assembleia”), cuja realização estava designada para ocorrer, em 1ª convocação, em 23 de março de 2023, às 10h30min, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, e foi convocada nos termos do Edital de Convocação, publicado conforme disposto no Edital da AGI do Termo de Securitização, nas edições de 03, 04 e 07 de março e nas edições conjuntas de 08 e 09 de março de 2023, do grupo a “Bar” (“Edital”), motivado pela necessidade de obtenção de maiores informações a respeito das matérias que serão objeto de deliberação pelos Titulares dos CRI. Uma vez esclarecidos todos as informações necessárias à tomada de decisão pelos Titulares dos CRI, a Emissora voltará a realizar nova convocação. São Paulo, 16 de março de 2023. FORTE SECURITIZADORA S.A.

#### LEO MADEIRAS, MÁQUINAS & FERRAGENS S.A. CNPJ/ME 61.069.370/0001-03 - NIRE 35.300.121.015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2023  
Data, hora e local: 16 de janeiro de 2023, às 15h00, na sede social da Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens S.A. (“Companhia”), situada na Rua Doutor Carlos Roberto Presgrave de Melo, nº 21, Vila Iracema-Bevil, CEP 06422-110, na cidade de Barueri, estado de São Paulo. Presença: acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). Mesa: Samuel Seibel, Presidente, e Marcus Vinicius Pinto Homem Santos, Secretário. Ordem do dia: deliberar sobre a (i) alteração do objeto social a fim de incluir nas atividades o fornecimento, venda, locação e comodatário de equipamentos de informática e comunicação e (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia. Deliberações: por unanimidade e sem ressalvas, os acionistas deliberaram por: 1) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1º, 2º e 3º da Lei das Sociedades por Ações; 2) aprovar a alteração do objeto social da Companhia, com o escopo de incluir o fornecimento, venda, locação e comodatário de equipamentos de informática e comunicação, com a consequente alteração do caput do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 3º - A Companhia tem por objeto o comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos, inclusive, de produtos químicos para tratamento de madeira, bem como a industrialização, por sua conta ou de terceiros, de todos estes produtos, montagem e instalação, compra e venda de máquinas novas e usadas, representação comercial, assessoria, consultoria, locação de bens móveis e imóveis, a armazenagem de materiais e equipamentos, participação societária em outras empresas, o comércio varejista de livros, materiais de construção em geral, produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, e ainda, o fornecimento, venda, locação e comodatário de equipamentos de informática e comunicação.” 3) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta ata. Os diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à conclusão do deliberado na presente assembleia. Encerramento: nada mais havendo a ser tratado, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi por todos assinada. Assinaturas: presidente, Samuel Seibel; secretário, Marcus Vinicius Pinto Homem Santos; e acionistas, Adriano Pimenta Ruela, Alberto Gonçalves de Toledo, Alexandre Jalles Cohim Moreira, Helio Seibel, Regina Célia Peccin Otoli Pandolfelli, Salo Davi Seibel, Samuel Seibel, Thadeu Otoli Pandolfelli e Thiago Otoli Pandolfelli. Confira com a ata original da Assembleia Geral Extraordinária da Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens S.A., realizada em 16 de janeiro de 2023, lavrada em livro próprio. Barueri (SP), 16 de janeiro de 2023. SAMUEL SEIBEL - Presidente; MARCUS VINICIUS PINTO HOMEM SANTOS - Secretário. JUCESP - Certifico o registro sob número 45.075/23-2 em 30/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1125384-20.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a), Círculo Paulista, na forma da Lei, etc. FAZ SABER (O) CHAMAR HEI PAK, CPF: 070.920.498-14, RG: W500436-5, que lhe foi proposta uma ação Monitoria por parte do Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda. SIC SINEC, CNPJ: 43.144.130/0001-77, obrigando a cobrança de R\$ 43.317,57 (juízo/2019), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o débito, acrescido(s) dos honorários advocatícios no momento de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que o réu ficará isento do pagamento das custas processuais, ou ofereça embargos ao mandado monitorio nos termos do art. 701 do CPC, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. No caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de janeiro de 2023. 16 e 17.03

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0003012-24.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a), Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a) Antônio Salomão dos Santos, CPF 088.371.878-23, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Sociedade Educacional Bricor Ltda., na qual foi efetivado o bloqueio de R\$ 2.686,87, em conta(s) bancária(s) de sua titularidade. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, compareça a impugnação do bloqueio, referida quantia (art. 884, § 3º do CPC), após o que, sem manifestação, referida quantia será levantada pelo credor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de janeiro de 2023. 16 e 17.03

**AGRO CARTOON** **PICAZO**

**MÉXICO ABRE MERCADO PARA A CARNE BOVINA BRASILEIRA**

DESENHO REPRODUÇÃO INTERNET

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

527 / 23



Ecopark S/A CNPJ 09.425.776/0001-28					
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2020 e 2019					
Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades			Fornecedores	160.000	160.000
Caixa	40	40	Obrigações Fiscais	218	218
Bancos conta Movimento	14.552	67.881	<b>Total do Circulante</b>	<b>160.000</b>	<b>160.218</b>
<b>Créditos</b>			<b>Não Circulante</b>		
Adiantamentos	20.000	20.000	<b>Total não Circulante</b>		
Impostos a Recuperar	525	431	<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Estoque</b>			Capital Social	5.906.201	5.906.201
Terrenos a comercializar	4.520.934	4.741.083	Reservas		
<b>Total do Circulante</b>	<b>4.556.051</b>	<b>4.829.435</b>	Reserva de Capital	1.458.721	1.458.721
<b>Não Circulante</b>			<b>AFAC</b>		
Depósito Judicial	39.545	9.829	Adto. p/Futuro Aumento de Capital	50.000	—
Ativo Permanente			<b>Resultados Acumulados</b>		
Investimentos	266.767	—	Prejuízos Acumulados	(2.172.560)	(2.685.877)
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>306.311</b>	<b>9.829</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.702.362</b>	<b>4.679.045</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>4.862.363</b>	<b>4.839.263</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>4.862.363</b>	<b>4.839.263</b>

Demonstração do Resultado		
fundo em 31 de dezembro de 2020 e 2019		
	2020	2019
<b>(+) Resultado Líquido</b>		
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(9.881)	(34.967)
Despesas Tributárias	(5.940)	(6.529)
Total Despesas/Receitas operacionais	<b>(15.821)</b>	<b>(41.497)</b>
Despesas e Receitas Financeiras	2.746	1.157
<b>(=) Resultado Operacional</b>	<b>(13.075)</b>	<b>(40.340)</b>
Equivalência Patrimonial	(12.706)	—
<b>(+) Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(25.781)</b>	<b>(40.340)</b>
(-) Imposto de Renda	(564)	(336)
(-) Contribuição Social	(338)	(238)
<b>(=) Resultado líquido do exercício</b>	<b>(26.683)</b>	<b>(42.974)</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019					
Histórico	Capital	Reserva de Capital	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>5.621.589</b>	<b>1.458.721</b>	<b>284.613</b>	<b>(2.644.903)</b>	<b>4.720.020</b>
Integralização de Capital	284.612	—	(284.612)	—	—
Resultado do Período	—	—	—	(40.974)	(40.974)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>—</b>	<b>(2.685.877)</b>	<b>4.679.046</b>
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	—	—	—	50.000	50.000
Resultado do Período	—	—	—	(26.683)	(26.683)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>50.000</b>	<b>(2.712.560)</b>	<b>4.702.363</b>

Demonstração do Fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019		
Descrição	2020	2019
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(26.683)</b>	<b>(40.974)</b>
<b>(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Equivalência Patrimonial	12.706	—
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (Aumento) redução no ativo</b>	<b>12.706</b>	<b>—</b>
Estoque	220.149	(41.991)
Tributos a compensar	(94)	(82)
Depósito Judicial	(29.716)	(9.829)
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Obrigações tributárias	(218)	145
<b>(=) Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>190.121</b>	<b>(51.757)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aumento em Invest. realizados	(279.472)	—
<b>(=) Caixa líqu. das atividades de investimentos</b>	<b>(279.472)</b>	<b>—</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Reccebimentos p/Integralização de Capital/AFAC	50.000	—
<b>(=) Caixa líqu. das atividades de financiamentos</b>	<b>50.000</b>	<b>—</b>
<b>(=) Aum./red. líquido de caixa</b>	<b>(53.229)</b>	<b>(92.731)</b>
Caixa no início do período	67.920	160.652
Caixa no final do período	14.592	67.920
<b>(=) Aum./red. líquido de caixa</b>	<b>(53.229)</b>	<b>(92.731)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**1. Contexto Operacional:** A sociedade tem por objeto promover a realização de empreendimentos em imóveis localizados na região de Viracopos, Campinas- SP, por incorporação, loteamento, desmembramento ou qualquer outra forma de aproveitamento comercial. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores. **2. Principais práticas contábeis adotadas: (a) Auração do resultado:** As receitas e despesas são registradas no seu período de competência. **(b) Ativos e passivos circulantes:** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridos. Os passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias incorridas. **3. Capital Social:** (a) O Capital Social da companhia são R\$ 5.906.201,10 (cinco milhões novecentos e seis mil, duzentos e um reais e dez centavos), dividido em 3.974.743 (três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentas e quarenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. São Paulo, 31 de janeiro de 2021. João Luiz Miele - Diretor Presidente; Michelle Alves Gonçalves - CRC SP 237.102/0-2.

Ecopark S/A CNPJ 09.425.776/0001-28					
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
Ativo	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades			Fornecedores	70.980	160.000
Caixa	40	40	Obrigações Fiscais	5	—
Bancos conta Movimento	125.136	14.552	<b>Total do Circulante</b>	<b>70.985</b>	<b>160.000</b>
<b>Créditos</b>			<b>Não Circulante</b>		
Adiantamentos	—	20.000	<b>Total não Circulante</b>		
Impostos a Recuperar	541	525	<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Estoque</b>			Capital Social	5.906.201	5.906.201
Terrenos a comercializar	4.520.934	4.520.934	Reservas		
<b>Total do Circulante</b>	<b>4.646.651</b>	<b>4.556.051</b>	Reserva de Capital	1.458.721	1.458.721
<b>Não Circulante</b>			<b>AFAC</b>		
Depósito Judicial	39.545	39.545	Adto. p/Futuro Aumento de Capital	487.071	50.000
Ativo Permanente			<b>Resultados Acumulados</b>		
Investimentos	381.364	266.767	Prejuízos Acumulados	(2.855.418)	(2.712.560)
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>420.909</b>	<b>306.311</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.996.575</b>	<b>4.702.362</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>5.067.560</b>	<b>4.862.363</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>5.067.560</b>	<b>4.862.363</b>

Demonstração do Resultado		
fundo em 31 de dezembro de 2021 e 2020		
	2021	2020
<b>(+) Resultado Líquido</b>		
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(26.676)	(9.881)
Despesas Tributárias	(8.461)	(5.940)
Total Despesas/Receitas operacionais	<b>(35.137)</b>	<b>(15.821)</b>
Despesas e Receitas Financeiras	(776)	2.746
<b>(=) Resultado Operacional</b>	<b>(35.913)</b>	<b>(13.075)</b>
Equivalência Patrimonial	(106.890)	(12.706)
<b>(+) Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(142.803)</b>	<b>(25.781)</b>
(-) Imposto de Renda	(34)	(564)
(-) Contribuição Social	(21)	(338)
<b>(=) Resultado líquido do exercício</b>	<b>(142.858)</b>	<b>(26.683)</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
Histórico	Capital	Reserva de Capital	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>—</b>	<b>(2.685.877)</b>	<b>4.679.046</b>
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	—	—	—	50.000	50.000
Resultado do Período	—	—	—	(26.683)	(26.683)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>50.000</b>	<b>(2.712.560)</b>	<b>4.702.363</b>
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	—	—	—	437.071	437.071
Resultado do Período	—	—	—	(142.858)	(142.858)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>487.071</b>	<b>(2.855.418)</b>	<b>4.996.575</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020		
Descrição	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(142.858)</b>	<b>(26.683)</b>
<b>(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Depreciação e amortização	106.890	12.706
Equivalência Patrimonial	106.890	12.706
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (Aumento) redução no ativo</b>	<b>106.890</b>	<b>12.706</b>
Adto de Fornecedores	20.000	—
Estoque	—	220.149
Tributos a compensar	(16)	(94)
Depósito Judicial	—	(29.716)
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	(89.020)	—
Obrigações tributárias	5	(218)
Salários, férias e encargos sociais	—	—
<b>(=) Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(69.031)</b>	<b>190.121</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aumento em Investimentos realizados	(221.488)	(279.472)
<b>(=) Caixa líqu. das atividades de investimentos</b>	<b>(221.488)</b>	<b>(279.472)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Reccebimentos p/Integralização de Capital/AFAC	437.071	50.000
<b>(=) Caixa líqu. das atividades de financiamentos</b>	<b>437.071</b>	<b>50.000</b>
<b>(=) Aumento / (redução) líquido de caixa</b>	<b>110.584</b>	<b>(53.229)</b>
Caixa no início do período	14.592	67.920
Caixa no final do período	125.176	14.592
<b>(=) Aumento / (redução) líquido de caixa</b>	<b>110.584</b>	<b>(53.229)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

**1. Contexto Operacional:** A sociedade tem por objeto promover a realização de empreendimentos em imóveis localizados na região de Viracopos, Campinas- SP, por incorporação, loteamento, desmembramento ou qualquer outra forma de aproveitamento comercial. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores. **2. Principais práticas contábeis adotadas: (a) Auração do resultado:** As receitas e despesas são registradas no seu período de competência. **(b) Ativos e passivos circulantes:** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridos. Os passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e das variações monetárias incorridas. **3. Capital Social:** (a) O Capital Social da companhia são R\$ 5.906.201,10 (cinco milhões novecentos e seis mil, duzentos e um reais e dez centavos), dividido em 3.974.743 (três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentas e quarenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. São Paulo, 31 de janeiro de 2022. João Luiz Miele - Diretor Presidente; Michelle Alves Gonçalves - CRC SP 237.102/0-2.

Ecopark S/A CNPJ 09.425.776/0001-28					
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Ativo	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades			Fornecedores	71.179	70.980
Caixa	40	40	Obrigações Fiscais	100	5
Bancos conta Movimento	11.480	125.136	<b>Total do Circulante</b>	<b>71.278</b>	<b>70.985</b>
<b>Créditos</b>			<b>Não Circulante</b>		
Adiantamentos	—	20.000	<b>Total não Circulante</b>		
Impostos a Recuperar	650	541	<b>Patrimônio Líquido</b>		
<b>Estoque</b>			Capital Social	5.906.201	5.906.201
Terrenos a comercializar	4.520.934	4.520.934	Reservas		
<b>Total do Circulante</b>	<b>4.533.104</b>	<b>4.646.651</b>	Reserva de Capital	1.458.721	1.458.721
<b>Não Circulante</b>			<b>AFAC</b>		
Depósito Judicial	39.545	39.545	Adto. p/Futuro Aumento de Capital	1.193.743	487.071
Ativo Permanente			<b>Resultados Acumulados</b>		
Investimentos	982.121	381.364	Prejuízos Acumulados	(3.075.073)	(2.855.418)
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>1.021.666</b>	<b>420.909</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>5.483.592</b>	<b>4.996.575</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>5.554.770</b>	<b>5.067.560</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>5.554.770</b>	<b>5.067.560</b>

Demonstração do Resultado		
fundo em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
	2022	2021
<b>(=) Resultado Líquido</b>		
Despesas Operacionais		
Gerais e administrativas	(79.692)	(26.676)
Despesas Tributárias	(8.720)	(8.461)
Total Despesas/Receitas operacionais	<b>(88.411)</b>	<b>(35.137)</b>
Despesas e Receitas Financeiras	553	(776)
<b>(=) Resultado Operacional</b>	<b>(87.858)</b>	<b>(35.913)</b>
Equivalência Patrimonial	(131.432)	(106.890)
<b>(+) Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(219.290)</b>	<b>(142.803)</b>
(-) Imposto de Renda	(228)	(34)
(-) Contribuição Social	(137)	(21)
<b>(=) Resultado líquido do exercício</b>	<b>(219.655)</b>	<b>(142.858)</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
Histórico	Capital	Reserva de Capital	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>50.000</b>	<b>(2.712.560)</b>	<b>4.702.363</b>
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	—	—	—	437.071	437.071
Resultado do Período	—	—	—	(142.858)	(142.858)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>487.071</b>	<b>(2.855.418)</b>	<b>4.996.575</b>
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	—	—	—	706.672	706.672
Resultado do Período	—	—	—	(219.655)	(219.655)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>5.906.201</b>	<b>1.458.721</b>	<b>1.193.743</b>	<b>(3.075.073)</b>	<b>5.483.592</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
Descrição	2022	2021
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(219.655)</b>	<b>(142.858)</b>
<b>(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Equivalência Patrimonial	131.432	106.890
<b>Fluxo de caixa das atividades oper</b>		

**EDITAL DE INTIMAÇÃO** - Processo Digital nº: 005623-93.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários. Executado: BANCO BRASECO S/A. Executados: Alaine e Galene Motta Brasil Erali. O JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL/SP, FAZ SABER A ALAINE E GALENE MOTTA BRASIL ERALI, que o mandado monitorio, expedido nos autos da ação Monitorio nº 005623-93.2022.8.26.0100, em trâmite de conhecimento de dívida, foi executado em favor do autor, conforme decisão de fls. 138 e 139, datada de 15/02/2023, tendo sido expedido o presente edital de intimação por este juízo para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de sua publicação, apresente defesa e peça de contestação, sob pena de ser considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, arquivado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

**EDITAL DE INTIMAÇÃO** - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1018527-42.2021.8.26.0100 A Dra. Flávia Poyares Miranda, MM JUIZA de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível - São Paulo - SP. Faz saber a Alas Pro Tech Tecnologia Ltda, CNPJ:267.668.699/0001-83, Alas Serviços - Serviços de Suporte Administrativo e de Consultoria em Gestão Empresarial Ltda, CNPJ:30.608.097/0001-80 e Alas Serviços em Ativos Digitais, CNPJ:31.049.719/0001-40, que lhes foi proposta uma ação de cumprimento de obrigação de fazer, por este juízo, em trâmite de conhecimento de dívida, em favor do autor, conforme decisão de fls. 138 e 139, datada de 15/02/2023, tendo sido expedido o presente edital de intimação por este juízo para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de sua publicação, apresente defesa e peça de contestação, sob pena de ser considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, arquivado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

**EDITAL DE INTIMAÇÃO** - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1002694-89.2020.8.26.0259. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Dr(a). José Maria Alves de Aguiar Junior, na forma da Lei, etc. faz saber ao (s) Terceiros interessados, incerto e desconhecidos, seus conjuges e herdeiros, que lhe foi proposta uma ação de inventário dos bens deixados pelo de cujus inventariado. Encontrando-se terceiros interessados por Rodrigo Flatero Thermo e Felipe Flatero Thermo em face do Inventariado Vivado Thermo Filho, alegando em síntese: A abertura do inventário dos bens deixados pelo de cujus inventariado. Encontrando-se terceiros interessados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, arquivado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santana de Parnaíba, aos 15 de fevereiro de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

**EDITAL DE INTIMAÇÃO** - Processo Digital nº: 1138966-82.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Executado: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Executados: Isabella Elias de Oliveira e Isabella Elias de Oliveira. O JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL/SP, FAZ SABER A ISABELLA ELIAS DE OLIVEIRA E ISABELLA ELIAS DE OLIVEIRA, que o mandado monitorio, expedido nos autos da ação Monitorio nº 1138966-82.2021.8.26.0100, em trâmite de conhecimento de dívida, foi executado em favor do autor, conforme decisão de fls. 138 e 139, datada de 15/02/2023, tendo sido expedido o presente edital de intimação por este juízo para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de sua publicação, apresente defesa e peça de contestação, sob pena de ser considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, arquivado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

**EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** - Processo Digital nº: 005623-93.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários. Executado: Sociedade Beneficente São Camilo. Executados: Diomedé Ventura e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0050623-93.2022.8.26.0100. (A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AO ESPÓLIO DE DIOMEDE VENTURA e sua herdeira e representante Gláucia Gallera Ventura CPF: 442.734.316-04, que por este juízo, em trâmite de conhecimento de dívida, em favor do autor, conforme decisão de fls. 138 e 139, datada de 15/02/2023, tendo sido expedido o presente edital de intimação por este juízo para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de sua publicação, apresente defesa e peça de contestação, sob pena de ser considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, arquivado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

**EDITAL DE INTIMAÇÃO** - Processo Digital nº: 1016042-05.2017.8.26.0005. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Executado: Banco Braseco S/A. Executados: EDNALDO PEREIRA DOS SANTOS. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1016042-05.2017.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional - V. São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Trazullo José Ferreira da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AO(A) EDNALDO PEREIRA DOS SANTOS, Brasileiro, CPF: 547.567.745-04, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte do Banco Braseco S/A, alegando em síntese: A abertura do inventário dos bens deixados pelo de cujus inventariado. Encontrando-se terceiros interessados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o crédito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargando ou reconhecendo o débito averuado, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custos e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora ou arresto a pedido do credor. Não sendo contestada a ação, o executado será considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, arquivado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2023. 17 e 18 / 03 / 23

**RS Holding e Participações S.A.**

CNPJ/MF nº 35.662.545/0001-48

**Relatório da Administração**

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da RS Holding e Participações S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 16 de março de 2023.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	6	116	8.953	Debitores e contribuições a receber	10
Aplicações financeiras	6	153.763	12.688	Impostos e juros sobre capital próprio a pagar	25.442
Tributos a recuperar	7	6.618	11.928	Outras contas a pagar	2
Juros sobre capital próprio a receber		17.908	-	Total do passivo circulante	74.028
Total do ativo circulante		40.405	33.569	<b> Não circulante</b>	
<b> Não circulante</b>				Reservas de lucros	8b
Realizável a longo prazo				IR e CS diferidos	11a
Aplicações financeiras - conta reserva	6	24.560	18.979	Total do passivo não circulante	502.874
Tributos a recuperar	7	12.605	-	<b>Patrimônio líquido</b>	
Investimentos	9	1.290.664	1.248.599	Capital social	11c
Total do ativo não circulante		1.327.829	1.267.578	Reserva de lucros	11a
Total do ativo		1.368.234	1.301.147	Total do patrimônio líquido	11c
				Total do passivo e patrimônio líquido	1.368.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	Nota	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Retenção de lucros			
Distribuições de dividendos em 23 de abril de 2021		585.899	4.794	32.697	2.184	625.574
Lucro líquido do exercício		-	(1.316)	-	(2.184)	(3.500)
Reserva legal		-	6.801	-	(6.801)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de novembro de 2021		-	-	-	(32.588)	(32.588)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (liquido)		-	-	-	(13.387)	(13.387)
Juros sobre capital próprio em 26 de novembro de 2021 (IRRF)		-	-	-	(12.363)	(12.363)
Reserva de retenção de lucros		-	-	80.884	-	80.884
Saldo em 31 de dezembro de 2021		585.899	11.595	112.265	-	709.759
Lucro líquido do exercício		-	-	-	107.126	107.126
Reserva legal	11b	-	5.356	-	(5.356)	-
Juros sobre o capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (liquido)	11e	-	-	-	(629)	(629)
Juros sobre o capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)	11e	-	-	-	(1.111)	(1.111)
Dividendo mínimo obrigatório	11d	-	-	-	(24.813)	(24.813)
Reserva de retenção de lucros	11c	-	-	76.216	-	76.216
Saldo em 31 de dezembro de 2022		585.899	16.951	188.481	-	791.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Companhia RS Holding e Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 26 de novembro de 2019, por sua sociedade por ações de capital fechado, tendo como objeto social a participação em empreendimentos comerciais, na qualidade de quotista ou acionista, domiciliada na Avenida Chelid Jaret, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 1, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 35.662.545/0001-48, sob o nome comercial de RS Holding e Participações S.A. A Companhia é controlada pelo Sr. Rodrigo Flatero Thermo, titular de 50,00% das ações ordinárias da Companhia. **CCR ViaSul (ViaSul):** Em 21 de novembro de 2018, foi constituída a Consórciária das Rodovias Integradas do Sul (ViaSul), a qual é responsável pela operação e manutenção de 473,4 km de rodovias federais no estado do Rio Grande do Sul a partir de 11 de janeiro de 2019, data de assinatura do contrato de concessão. O prazo do contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2043. Em 15 de fevereiro de 2019, foi iniciada a operação comercial da ViaSul. Não há remuneração da Administração, pois os administradores da Companhia são os mesmos da investida, a Consórciária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - (ViaSul).

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **Declaração de conformidade (com relação às normas da CDB):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAP). A Administração afirma que todas as informações referidas nas próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo auditadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (IR) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 16 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para um milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Reconhecimento e julgamento:** As demonstrações financeiras contêm julgamentos e estimativas. As informações contidas nas demonstrações financeiras representam uma aproximação razoável do valor justo das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para um milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Reconhecimento e julgamento:** As demonstrações financeiras contêm julgamentos e estimativas. As informações contidas nas demonstrações financeiras representam uma aproximação razoável do valor justo das demonstrações financeiras.

**3. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente no exercício apresentado nas demonstrações financeiras. **a) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em Controlada. **Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando detém o controle sobre os recursos financeiros e atividades operacionais de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de fazer esses recursos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **b) Instrumentos financeiros:** **Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes e os fluxos de caixa são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.



## Jornal DIASP

**EDITAL DE INTIMAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006824-34.2012.8.26.0008 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional VII - Taubaté/Estado de São Paulo (Dr(a). Luis Fernando Nardelli na forma da Lei, etc. Faz saber que nos atos de ação de cumprimento de sentença, movidos por Condomínio Edifício Agata foi deferida a intimação por edital dos executados Francisco Paulo de Silva, CPF 051.465.658-30 e Inês Ubaldino de Oliveira, CPF 051.963.748-94, que se encontraram em lugar ignorado, da penhora havida sobre o lote de terreno 01, da quadra 27, Parcela 8415, Dumont, Guarulhos, com área total de 353m², matrícula 72.186, 2ª CIL-Quilombo. Passando a fluir dos 20 dias supra o prazo de 5 dias para apresentação de defesa, e expedindo-se a presente intimação na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2023. (16.17)**

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS PROCESSO Nº 1000714-59.2020.8.26.0420(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara, do Foro de Ubatuba, Estado de São Paulo, Dr(a). Dogo Volpe Gonçalves Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER à ATLAS PROJ. TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 26.788.698/0001-83, ATLASVERVIERE S.A., CNPJ: 06.525.287/0001-00, SUPLENTE ADMINISTRATIVO E DE CONSULTORIA DE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: 30.049.070/0001-80, ATLAS SERVIÇOS EMATIVOS DIGITAIS, CNPJ: 31.049.719/0001-40, que he foi proposta uma AÇÃO DE PROCEDEIMENTO CIVIL COM VULGO DE GUSTAVO SENSI FIGUEIREDO, requerendo RESCISÃO CONTRATUAL com devolução de valores recebidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação por EDITAL para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumem-se aceitos, pela parte ré, com veredito em favor da parte autora. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ubatuba, aos 06 de fevereiro de 2023. J. - 17 e 18/03**

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0017052-33.2019.8.26.0005 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Traizubulo José Ferreira da Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER (O/A) REMO EMÍDIO MIAELLORO, Brasileiro, Casado, Administrador, CPF 382.683.818-17, que he foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Polícia Comunitária de Alimentos Ltda., alegando em síntese: em conformidade com os artigos 133 e seguintes do Código de Processo Civil, em desfavor da empresa executada requereu a desconsideração da personalidade jurídica da mesma. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, quanto ao requerimento de inclusão no polo passivo do feito, nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. J. - 17 e 18/03**

## Plajo S.A.: indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63  
**Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia 28 de abril de 2023 às 16h00 na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Alcañiz - Ribeirão Pires/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 17 de março de 2023. Vicente Baptista Bajarra - Diretor Presidente.**

## Companhia Provincia de Securitização

CNPJME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547  
**Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização**  
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização ("Titulares do CRA", "Emissora" e "Emissor", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consonância ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AE"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 06 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do relatório dos auditores independentes não conterem opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível no endereço eletrônico: <http://www.provinciasecuritizadora.com.br>. Os termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial de investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 15 de março de 2023. **Companhia Provincia de Securitização** - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

## Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/ME nº 61.146.502/0001-10 - Aviso aos Acionistas  
 Achem-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 14 de março de 2023. A. Dietoria. (15, 16 e 17/03/2023)

## Companhia Provincia de Securitização

CNPJME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547  
**Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização**  
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização ("Titulares do CRA", "Emissora" e "Emissor", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consonância ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 27 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AE"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 06 de abril de 2023, às 10h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do relatório dos auditores independentes não conterem opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível no endereço eletrônico: <http://www.provinciasecuritizadora.com.br>. Os termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial de investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 17 de março de 2023. **Companhia Provincia de Securitização** - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

## CIP S.A.

CNPJ: 44.393.564/0001-07

**Relatório da Administração:** Apresentamos, a seguir, informações relevantes e comentários sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Recomendamos a leitura deste relatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis. **Mensagem da Administração:** O ano de 2022 pode ser considerado um marco de grandes transformações, dentre elas: A Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("CIP Associação"), passou por uma desmulsificação, com isto deixou de ser uma associação sem fins lucrativos para se tornar uma sociedade anônima de capital fechado, a CIP S/A ("CIP S/A"), trazendo mais flexibilidade para atrair novos negócios. E, em dezembro de 2022, a CIP S/A

**Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31/12/2022**  
 passou a se chamar Nuclea ("Nuclea"), refletindo este novo momento de transformação da empresa. **Desmulsificação da CIP Associação:** No âmbito societário, a assembleia geral extraordinária de 25 de fevereiro de 2022 aprovou a desmulsificação da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("CIP Associação") por meio de uma cisão parcial, que veteu a qualidade de seus ativos e passivos para a CIP Associação. A Companhia não adotou qualquer norma ou interpretação nova no período. As normas e interpretações novas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das Demonstrações Contábeis, serão adotadas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) Alterações CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A revisão apresenta alterações na classificação de ativos circulantes e não circulantes, promovendo requisitos para que, na data do balanço patrimonial, os passivos com uma data de liquidação incerta sejam classificados como circulantes ou não circulantes. A Companhia não identificou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. Sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2023. b) Alterações CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A revisão apresenta alterações no conceito de "estimativa contábil", esclarecendo que uma mudança na estimativa contábil não se relaciona com períodos anteriores e não é uma correção de erro. A Companhia não identificou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. Sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2023. c) Alterações no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: A revisão apresenta alterações no reconhecimento inicial de lucros e passivos diferidos levando em consideração transações que deem origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. A Companhia está avaliando possíveis impactos. Sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2023. 3.4. Base de Consolidação: A elaboração e apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas é requerida quando a entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia tem controle da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("CIP Associação"), entidade sem fins lucrativos, cuja participação em 31 de dezembro de 2022 representa 100% do capital social, exercendo o controle. Para a preparação destas Demonstrações Contábeis, foi utilizada Demonstrações Contábeis da controlada encerrada na mesma data-base da Controladora. O investimento é atualizado pelo método da equivalência patrimonial. A seguir o balanço patrimonial consolidado, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas; e saldos e dados os valores contábeis do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada; e são eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas; e saldos e dados os valores contábeis do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada; e são eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não está apresentando o saldo de seu "Fundo Exclusivo" em sua consolidação, pois seus valores são materiais nos saldos dos Balanços Patrimoniais (R\$26 mil - 2022), nas Demonstrações dos fluxos de caixa (R\$1 mil - 2022), não produzindo impacto significativo nesse exercício, na Demonstração do resultado do exercício. A abertura dos ativos do fundo exclusivo e o aging da carteira estão sendo divulgados na Nota Explicativa nº 3.5. **Instrumentos Financeiros (Títulos de dívida):** Ativos financeiros são classificados em não intangíveis e intangíveis, com base no reconhecimento mensurado pelo custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados operacionais e não valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros (títulos de dívida) são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos e ajustados, quando aplicáveis, ao valor de mercado ou realização. Os instrumentos financeiros (títulos de dívida) são classificados de acordo com o modelo de negócio e dos fluxos contratuais, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: a) Valor justo por meio de resultado (VJR) - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados, na data do balanço, pelo valor de mercado e são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício; e b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - adquiridos com o propósito de manter esses ativos até o vencimento e receber os fluxos de caixa contratuais ou eventualmente vender para cobrir as necessidades de capital de giro e novos investimentos. São ajustados pelo valor de mercado. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para o reconhecimento mensurado pelo custo amortizado, transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização; e c) Custo Amortizado (CA) - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; mas, sempre que o controle do ativo é exercido pela Companhia, os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas, quando aplicável. A Companhia mensura o valor das perdas por valor equivalente às perdas de créditos esperadas de modo que reflita: (a) o valor imparcial e ponderado pela probabilidade que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis; e (b) informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras. As perdas são estimadas com base na instrução normativa de procedimentos e responsabilidades para cobrança e provisões que tem como premissa dias de atrasos e são segmentadas por serviços e seu nível de maturidade. A matriz de recebíveis utilizada na constituição da provisão estimada de perda é revisada a cada levantamento de balanço. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para o reconhecimento mensurado pelo custo amortizado, constituindo provisão para 100 por cento dos recebíveis verificados a mais de 90 dias, respeitando as exceções de prazo de maturidade de novos serviços; 3.6. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.8. Despesas antecipadas:** Referem-se a pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros. Compreendem, substancialmente, gastos com seguros, renovação de licenças que não atendem aos critérios de reconhecimento como intangível e ativos intangíveis. Esses gastos são apropriados ao resultado do exercício considerando o período de vigência dos respectivos contratos. **3.9. Investimentos:** A Companhia consolida sua controlada a partir da obtenção do controle, ou seja, quando estiver exercendo o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido. Nas Demonstrações Contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. **3.10. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de eventuais perdas não recuperáveis acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Administração inclui no valor contábil de um item do ativo imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo proporcione benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é taxado contra a respectiva conta de resultado do exercício. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, a partir do momento que são instalados e estão disponíveis para uso, utilizando-se as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos e itens de informática, 20% para as benfeitorias em propriedade de terceiros. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual ou recuperável e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **3.11. Arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece um passivo de arrendamento mercantil quando o contrato de arrendamento confere ao direito de uso do ativo objeto durante o prazo do contrato. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente na demonstração do resultado do exercício. O passivo do arrendamento é reavaliado na ocorrência de eventos como: mudança no prazo do arrendamento, mudança nos pagamentos futuros do arrendamento, alteração de um índice ou taxa usada para determinar os pagamentos. O valor da reavaliação do passivo de arrendamento é reconhecido com um ajuste ao ativo de direito de uso. **3.12. Intangível:** São classificados nesse grupo os ativos não monetários, especificamente softwares, provenientes de direitos contratuais ou desenvolvidos

compromisso com a constante eficiência, a segurança e a integridade das operações, inovação e geração de novos serviços para movimentar a economia digital em benefício de toda a sociedade.

São Paulo, 15 de março de 2023.  
**Conselho de Administração e Diretoria**  
 As demonstrações financeiras completas, estão publicadas nesta data, no site do Jornal O Dia/SP: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>

	Balanco Patrimonial		
	Controladora	Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2022
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>518.088</b>	<b>528.268</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.256	118.888
Instrumentos financeiros (títulos de dívida)	5	184.983	188.358
Contas a receber de clientes	6	180.199	182.231
Despesas antecipadas	8	29.090	29.094
Tributos a recuperar	7	7.478	7.518
Outros créditos		2.082	2.179
<b>Não circulante</b>		<b>2.011.321</b>	<b>2.002.665</b>
Instrumentos financeiros (títulos de dívida)	5	1.759.479	1.769.704
Despesas antecipadas	8	24.915	24.915
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	12.718	12.718
Depósitos Judiciais		0	10
Investimentos	11	18.949	-
Imobilizado	9	67.844	67.912
Intangíveis	10	125.681	125.681
Direito de uso	9	1.725	1.725
<b>Total do ativo</b>		<b>2.529.409</b>	<b>2.530.933</b>

	Reservas de Lucro		
	Controladora	Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2022
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.261.459</b>	<b>2.261.459</b>
<b>Circulante</b>		<b>243.492</b>	<b>245.016</b>
Fornecedores	12	83.382	83.828
Emprestimos e financiamentos	17	828	828
Obrigações trabalhistas e outras com pessoal	15	51.769	52.509
Dividendos	14	74.770	74.770
Contingências	13.c	408	408
Impostos, contribuições e encargos a recolher	15	13.452	13.787
Moeda de renda e contribuição social	16	18.186	18.186
Otras obrigações		697	700
<b>Não circulante</b>		<b>24.458</b>	<b>24.458</b>
Emprestimos e financiamentos	17	897	897
Obrigações trabalhistas e outras com pessoal	13	7.684	7.684
IRRF sobre rendimentos totais públicos	15	15.877	15.877
Obrigações tributárias e integralizado	18	974	974
Reserva de lucro	18.2	1.292.952	1.292.952
Outros resultados abrangentes		(5.621)	(5.621)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.529.409</b>	<b>2.530.933</b>

**Demonstrações das mutações**

	Capital social		Reservas de Lucro		Outros resultados acumulados	Lucro controladora	Total consolidado
	Nota	Livre Especial	Reserva especial	Reserva legal			
<b>Saldo em 1º/03/2022 (i)</b>	<b>936.434</b>	<b>23.549</b>	<b>352</b>	<b>854.707</b>	<b>8.001</b>	<b>185.038</b>	<b>(5.722)</b>
Integralização do capital social	18.1	14.145	-	-	-	-	14.145
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	319.624	319.624
Mensuração do valor justo (instrumentos financeiros)	5.ii	-	-	-	101	101	101
<b>Destinação do Lucro:</b>			<b>2.574</b>	<b>15.741</b>	<b>(319.624)</b>	<b>(74.770)</b>	<b>(74.770)</b>
Reserva legal	18.2.a	-	-	15.741	-	-	15.741
Reserva de lucros	18.2.e	-	-	221.735	-	-	221.735
Dividendos	14	-	-	-	-	(74.770)	(74.770)
Reserva desenvolvimento Controladas	-	-	-	4.804	-	-	(4.804)
Reserva do patrimônio especial (C3)	18.2.b	-	2.574	-	-	-	(2.574)
Reserva fundo de risco IMF	18.2.d	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>950.579</b>	<b>23.549</b>	<b>2.926</b>	<b>15.741</b>	<b>4.804</b>	<b>8.001</b>	<b>185.038</b>

(i) Os saldos em 1º de março de 2022 referem-se ao acervo incorporado da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP no processo de cisão parcial.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações do valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.3. Pronunciamentos novos ou revisados:** A Companhia não adotou qualquer norma ou interpretação nova no período. As normas e interpretações novas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das Demonstrações Contábeis, serão adotadas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) Alterações CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A revisão apresenta alterações na classificação de ativos circulantes e não circulantes, promovendo requisitos para que, na data do balanço patrimonial, os passivos com uma data de liquidação incerta sejam classificados como circulantes ou não circulantes. A Companhia não identificou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. Sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2023. b) Alterações CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A revisão apresenta alterações no conceito de "estimativa contábil", esclarecendo que uma mudança na estimativa contábil não se relaciona com períodos anteriores e não é uma correção de erro. A Companhia não identificou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. Sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2023. c) Alterações no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: A revisão apresenta alterações no reconhecimento inicial de lucros e passivos diferidos levando em consideração transações que deem origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. A Companhia está avaliando possíveis impactos. Sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2023. 3.4. Base de Consolidação: A elaboração e apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas é requerida quando a entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia tem controle da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP ("CIP Associação"), entidade sem fins lucrativos, cuja participação em 31 de dezembro de 2022 representa 100% do capital social, exercendo o controle. Para a preparação destas Demonstrações Contábeis, foi utilizada Demonstrações Contábeis da controlada encerrada na mesma data-base da Controladora. O investimento é atualizado pelo método da equivalência patrimonial. A seguir o balanço patrimonial consolidado, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas; e saldos e dados os valores contábeis do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada; e são eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas; e saldos e dados os valores contábeis do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada; e são eliminados integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não está apresentando o saldo de seu "Fundo Exclusivo" em sua consolidação, pois seus valores são materiais nos saldos dos Balanços Patrimoniais (R\$26 mil - 2022), nas Demonstrações dos fluxos de caixa (R\$1 mil - 2022), não produzindo impacto significativo nesse exercício, na Demonstração do resultado do exercício. A abertura dos ativos do fundo exclusivo e o aging da carteira estão sendo divulgados na Nota Explicativa nº 3.5. **Instrumentos Financeiros (Títulos de dívida):** Ativos financeiros são classificados em não intangíveis e intangíveis, com base no reconhecimento mensurado pelo custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados operacionais e não valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros (títulos de dívida) são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos e ajustados, quando aplicáveis, ao valor de mercado ou realização. Os instrumentos financeiros (títulos de dívida) são classificados de acordo com o modelo de negócio e dos fluxos contratuais, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: a) Valor justo por meio de resultado (VJR) - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados, na data do balanço, pelo valor de mercado e são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício; e b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - adquiridos com o propósito de manter esses ativos até o vencimento e receber os fluxos de caixa contratuais ou eventualmente vender para cobrir as necessidades de capital de giro e novos investimentos. São ajustados pelo valor de mercado. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para o reconhecimento mensurado pelo custo amortizado, transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização; e c) Custo Amortizado (CA) - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; mas, sempre que o controle do ativo é exercido pela Companhia, os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas, quando aplicável. A Companhia mensura o valor das perdas por valor equivalente às perdas de créditos esperadas de modo que reflita: (a) o valor imparcial e ponderado pela probabilidade que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis; e (b) informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras. As perdas são estimadas com base na instrução normativa de procedimentos e responsabilidades para cobrança e provisões que tem como premissa dias de atrasos e são segmentadas por serviços e seu nível de maturidade. A matriz de recebíveis utilizada na constituição da provisão estimada de perda é revisada a cada levantamento de balanço. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para o reconhecimento mensurado pelo custo amortizado, constituindo provisão para 100 por cento dos recebíveis verificados a mais de 90 dias, respeitando as exceções de prazo de maturidade de novos serviços; 3.6. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.8. Despesas antecipadas:** Referem-se a pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros. Compreendem, substancialmente, gastos com seguros, renovação de licenças que não atendem aos critérios de reconhecimento como intangível e ativos intangíveis. Esses gastos são apropriados ao resultado do exercício considerando o período de vigência dos respectivos contratos. **3.9. Investimentos:** A Companhia consolida sua controlada a partir da obtenção do controle, ou seja, quando estiver exercendo o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a

# SM Kart Competition realizou 2ª etapa com mais de 200 pilotos

O último fim de semana viu a segunda etapa do SM Kart Competition, o mais popular campeonato de rental kart do Brasil, que foi realizada no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), com a participação de mais de 200 pilotos e a farta distribuição de cerca de 300 prêmios.

Interessante destacar que entre todas as 18 categorias que estiveram presentes na rodada, foram 17 vencedores inéditos na temporada. O único que manteve a invencibilidade foi Guto de Oliveira, na categoria Super Sênior.

Os vencedores da segunda etapa da SM Kart Competition foram Fernando Augusto (Tartarugas Racing), Estreantes Masculino (Gabriel Chaves), Novatos Masculino 1 (Renato Gadelha), Guto Oliveira (Super Sênior), Adriano Vilela (Box 4 Car), Natália Eufrásio (Speed Angels Light), Fernanda Laurelli (Corrida das Mulheres), Jéssica Munic (Sênior/Depintor),



Foto: Fernando Silveira

## Pódio Super Sênior da SM Kart Competition

Rodrigo Borges (Graduados), Herbert Barbosa Luna (Graduados B), Lara Kraft (Estreantes Feminina), André Alves dos Reis (Speed Angels Mini Endurance), Adelman Campos Jr (Estreantes Masculino 1), Diego Kuhnen (Novatos Masculino 2), Rodrigo Oliveira (KDA), Rodrigo Oliveira (Futerock

Heavy).

O SM Kart Competition tem apoio de Aboissa Commodity Brokers, Adelante Sports, AKSP, Albarelli Sistemas, Aldeia da Serra Bicoitos, Alpie Escola de Pilotagem, Alvorada Pets, Artmix, Banda Gozi, Banda Roligos Selvagens, Bar Lounge 97, Box4Cars, Brauna

Investimentos, Bunny Burger, Caio Andrade Teto Baixo Tattoo, Carlos Masso Terapias Corporais e Energética, Cento e Onze Design, Cervejaria Paulistânia, Clínica de Olhos AS, Directa Imóveis, Divando com Andy Fani, DKR Luvas, Dra Deise Mitaki, ECPA, Energy, Família Presto Pizzaria e Restaurante, Filé Restaurante e Bar, Floricultura Jardim dos Amores, FuteRock, Grakar, Gigia Pastel do Mercado, Gym Free Tensões para Treinamento, Harder Than, Jornal O DIA SP, K' Cakes Confeitaria Artesanal, Loba Eventos, LR Interlagos, MasterMídia Marketing, Meg Star Speedwear, Monster English, Padaria Karol 97, PFox Informática, School Fighter, SM Renovadora de Veículos, SOS Veterinária, Speed Angels Kart Racing Girls, Studio JZ Danças e Teatro, Surah Korean Cuisine, TriploNet Internet Fibra Óptica, ULV, W.I.S Secret, Zio Vito Pizza e Pasta.

## WEC: “No caminho certo”, Negrão destaca dia de evoluções em Sebring



Foto: J. L. Delgado

Foco dos treinos no acerto do carro para a corrida

O primeiro dia de treinos para as 1000 Milhas de Sebring – etapa inaugural do Mundial de Endurance em 2023 – terminou de maneira satisfatória para André Negrão e o resto do trio do Alpine #35, o britânico Olli Caldwell e o mexicano Memo Rojas.

Juntos, eles levaram o carro ao oitavo lugar em ambas as sessões realizadas na quarta-feira, 15. Mas, com a tabela de tempos bem compacta devido ao fato de a categoria LMP2 ter equipamento obrigatório, Negrão considera que tudo seja possível com um bom desenvolvimento durante o segundo dia de treinos, na quinta-feira, 16, nos Estados Unidos.

“Nossos treinos foram bons, muito proveitosos, com o da manhã sendo até melhor do que imaginávamos”, disse o brasileiro, campeão da LMP2 na temporada 2018-19.

“Ficamos a Os6 do pessoal da frente, faltou pouco, aqui é muito acirrado. De tarde, ten-

tamos acertar o carro mais para a corrida do que para a classificação. Agora continuaremos a trabalhar no acerto para ver o que podemos fazer para deixar o carro o melhor possível para a corrida – muito mais importante do que a classificação, são oito horas na pista.”

O bom desempenho do trio do Alpine #35 vem após o prólogo, realizado no último fim de semana, em Sebring, no qual ele e seus companheiros tiveram muito trabalho para acertar o carro e se acostumar aos pneus Goodyear, novos para eles.

“Nós ainda estamos aprendendo tudo, nosso carro está melhorando de pouquinho em pouquinho, ainda falta um pouco para chegarmos nos ponteiros, mas estamos no caminho certo. Está tudo correndo da melhor maneira possível, com meus companheiros também, então vamos ver como podemos acertar o carro da melhor forma para a classificação e para a corrida”, concluiu André Negrão.

# Enzo Fittipaldi parte para a Arábia Saudita e mira mais pontos na Fórmula 2

O piloto Enzo Fittipaldi volta às pistas neste final de semana, desta vez para a segunda etapa da Fórmula 2, no circuito de Jeddá, na Arábia Saudita. O brasileiro da Academia de pilotos da Red Bull está confiante após a disputa da primeira rodada dupla do ano, no Bahrein.

“Estou muito animado com a etapa em Jeddá, nesta semana. Pontuei nas duas corridas no Bahrein, há duas semanas, e sabemos o que ajustar para ter um desempenho ainda melhor na Arábia Saudita. Vamos acelerar muito nesta etapa”, disse Enzo Fittipaldi, que tem os patrocinadores de Banco do Brasil, Eurofarma, Claro, Snapdragon, Oak-

Berry, Baterias Moura, Stake, Furia, PLGG e Fantom.

Enzo corre em 2023 pela Carlin, equipe tradicional nas categorias de base do automobilismo europeu e que no ano passado conseguiu o segundo lugar no campeonato de equipes da F2. Além disso, o brasileiro fez bons tempos na pré-temporada em fevereiro, já defendendo o time comandado por Trevor Carlin.

A programação da F2 na Arábia Saudita terá início nesta sexta-feira (17) com o único treino livre do final de semana e a classificação. O sábado contará com a primeira corrida da etapa, mais curta e que vale menos pontos, enquanto a



Foto: Dutch Photo Agency

Enzo Fittipaldi segunda prova, mais longa, está marcada para o domingo. O

BandSports mostra todas as atividades de pista ao vivo.

## Goiânia recebe a etapa de abertura da Copa Truck



Foto: Rafa Carreira

Goiânia é o palco de abertura da Copa Truck em 2023

A Copa Truck começa a temporada 2023 neste final de semana em Goiânia. Será a primeira das nove etapas programadas para o ano, com passagens marcadas também pelos autódromos de Interlagos (SP), Londrina (PR), Cascavel (PR) e Tarumã (RS). O campeonato começa e termina na capital goiana.

As largadas estão programadas para este domingo (19) às 11h10 e 11h45, ambas com transmissão ao vivo da Band, SporTV3 e canal oficial da Copa Truck no YouTube. Na TV, as transmissões começam às 11 horas.

Desde 2017, quando da inauguração da Copa Truck, Goiânia recebeu 16 provas da categoria. O maior vencedor é Beto Monteiro, com cinco conquistas. André Marques venceu três vezes, enquanto Roberval Andrade, Felipe Giuffone e Danilo Dirani somam duas vitórias cada. Paulo Salustiano e o atual campeão Wellington Cirino venceram uma vez.

No quesito pole positions, Giuffone ainda não poderá ser alcançado: foram quatro poles, com duas de Andrade, uma de Beto Monteiro e uma de Cirino. Já entre as marcas envolvidas na disputa, Volkswagen e Mercedes-Benz empatam com seis vitórias cada, diante de quatro da Iveco; no número de pole positions, a Iveco domina com quatro poles, enquanto Volkswagen e Mercedes empatam com duas cada.

O circuito de 3.853 metros é seletivo, com trechos velozes seguidos por freadas fortes e contornos mais lentos, e sua reta principal é uma das maiores de todo o calendário, com um quilômetro de extensão. São 12 curvas – sete à direita e cinco à esquerda.

Várias delas exigem desacelerações severas, como eleger Danilo Dirani, vencedor de duas provas em Goiânia e que fará sua estreia como piloto da Iveco em 2023. “A Curva 3 é a que mais exige dos freios, porque você chega do Cheirinho, que é uma curva rápida à direita. O caminhão chega ‘pendulado’ (ainda carregando a força lateral da curva anterior), e você tem de usar muito a potência do freio e também o freio motor com a redução das marchas para poder ter equilíbrio do meio para a saída da curva. Então o piloto inicia o contorno ainda apoiando no pedal do freio e vai soltando gradativamente para voltar a ganhar velocidade”, afirma. Na curva que leva para o início da parte mais sinuosa da pista, os caminhões fazem a aproximação a cerca de 175 km/h e o contorno da curva de 180 graus a cerca de 80 km/h. A desaceleração é feita em seis segundos e 180 metros.

Dirani prossegue e explica outro ponto de frenagem importantíssimo para o tempo de volta – e que não é para o contorno de uma curva. “A freada do radar tam-

bém é muito forte, porque chegamos na reta entre 205 e 210 km/h para quebrar essa velocidade pra 160. Tem que usar toda a potência das pastilhas por pouco tempo, e um pequeno vacilo faz o piloto ‘queimar’ o radar e afim que cumprir punição”, ressalta.

Passando pelo radar, os caminhões voltam a ganhar velocidade se aproximam da primeira curva a cerca de 190 km/h. A freada para a primeira curva do circuito é feita a cerca de 200 metros da entrada, e o contorno é feito a cerca de 100 km/h – uma redução de 90 km/h feita em apenas seis segundos, e que gera uma desaceleração de quase 1G.

“O circuito de Goiânia tem como principal fator o de possuir uma das maiores retas do Brasil, que mesmo com o radar de 160 km/h, ainda permite o desenvolvimento de velocidades de até 220 km/h. E para que se alcance essas velocidades, os freios precisam estar ‘em dia’ para fazer essa frenagem mais ‘brusca’ e garantir o contorno seguro da curva 1. As demais curvas, combinadas com o clima quente de Goiânia, irão dificultar o resfriamento do sistema, porém, certamente as pastilhas da Fras-le darão conta do recado e irão garantir a performance, durabilidade e segurança a todos os pilotos”, explica Roger Lusa, engenheiro de aplicação da Fras-le.

A Fras-le segue pelo terceiro ano consecutivo como fornecedora oficial e exclusiva das pastilhas de freio da Copa Truck. A empresa é a maior fabricante mundial no segmento. A empresa, fundada em 1954 em Caxias do Sul (RS), oferece produtos de qualidade e foco na segurança e no controle de movimentos nas ruas, estradas, pistas de pouso, trilhos e também pelos autódromos do país por meio do fornecimento oficial e exclusivo de pastilhas de freio à Copa Truck e também à Stock Car.

## Rio de Janeiro será sede do Pré-Olímpico masculino de vôlei

A seleção masculina de vôlei voltará ao palco de seu tricampeonato olímpico, em 2016. E exatamente para buscar uma vaga na próxima edição do maior evento esportivo do planeta. Em uma parceria entre Volleyball World, Federação Internacional de Voleibol, Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), Grupo Klefer e Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Maracanãzinho receberá um dos torneios Pré-Olímpicos que acontecem de 30 de setembro a 8 de outubro – as outras sedes são Japão e China. E esta não foi a única novidade anunciada nesta quarta-feira (16.04), no Palácio Guanabara, sede do governo estadual. A capital carioca também receberá duas etapas da Liga das Nações 2024 (uma masculina e outra feminina) e é candidata a sede da Copa do Mundo de vôlei de praia de 2025.

O evento contou com a presença do governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro; do presidente em exercício da CBV, Radamés Lattari; do secretário estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, Rafael Picciani, do técnico da seleção masculina, Renan Dal Zotto; e das medalhistas olímpicas de vôlei de praia Jackie Silva e Adriana Samuel.

A briga por uma medalha no torneio masculino de vôlei dos Jogos Olímpicos de 2024 reunirá 12 equipes. A França tem seu lugar garantido como país sede. Nos Pré-Olímpicos, 24 equipes disputarão seis vagas – cada sede receberá oito dos times mais bem classificados do ranking da FIVB. Os grupos de cada sede serão definidos nesta sexta-feira (17), em sorteio que acontece em Lausanne, na Suíça. Os dois primeiros de cada Pré-Olímpico carimbam o passaporte para Paris.

Radamés Lattari, presi-



Foto: Luis Abarenga

Autoridades no anúncio do Rio como sede do Pré-Olímpico de vôlei masculino

dente em exercício da CBV: “O Governo do Estado quer levar o Rio de Janeiro ao posto de grande capital do esporte brasileiro. O Maracanãzinho faz parte da história do voleibol nacional, palco de tantos momentos icônicos. Incluindo a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos Rio 2016 conquistada exatamente pela seleção masculina. O torcedor brasileiro é um apaixonado por voleibol. E nossas seleções e duplas de praia sabem a força que vem das arquibancadas. Por isso, a CBV busca sempre realizar grandes competições em nosso país. Estamos muito felizes com essa parceria com o Governo do Estado, que resultou no Pré-Olímpico, em duas etapas da Liga das Nações 2024 e na candidatura a sede da Copa do Mundo de 2025”.

Renan Dal Zotto, técnico da seleção masculina de voleibol: “O Pré-Olímpico é um evento de extrema importância, e garantir a vaga nos dará tranquilidade para desenvolver o trabalho. Jogar no Rio de Janeiro tem o lado da pressão, mas já estamos acostumados e é muito bom ter a torcida ao

nosso lado. Vamos aproveitar a energia que virá da arquibancada”.

Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro: “O Rio de Janeiro tem vocação para grandes eventos e anunciar essas três novidades nos traz muita satisfação. Receber eventos internacionais e de modalidades tão marcantes é importante para o Rio de Janeiro. O vôlei nos traz ótimas lembranças, especialmente no Maracanãzinho”.

Rafael Picciani, Secretário de Esporte e Lazer do Estado do Rio de Janeiro: “Sempre frequentei o Maracanãzinho e tenho as melhores memórias de grandes eventos de voleibol. Investir no esporte movimenta positivamente a economia, e principalmente constrói valores e ensinamentos para futuras gerações. O esporte é transversal e tem relevância muito grande na formação da nossa sociedade.”

Essa oportunidade de fazer mais uma vez do Rio de Janeiro a casa do voleibol será muito positiva”.

O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro.